

Quem disse ?

«Estamos a fazer mais do que os outros países no combate à doença das vacas loucas»

Capoulas Santos
Visão, 6 de Maio

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Nº1019 13 MAIO 1999 100\$ - 0,5 €

ACÇÃO SOCIALISTA

Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt

EXPOSIÇÃO COMEMORATIVA 20 ANOS

ACÇÃO SOCIALISTA

PAÇOS DO CONCELHO DA GUARDA

Presidente da República em Setúbal

Kosovo precisa de solução política

O Presidente da República manifestou a sua esperança na possibilidade de se encontrar uma solução política para o problema do Kosovo. Esta posição de Jorge Sampaio foi transmitida terça-feira, durante uma visita ao distrito de Setúbal, em que se encontrou com 32 refugiados de origem albanesa no Instituto da Juventude desta cidade.

Depois de se ter reunido a sós com os refugiados, o chefe de Estado formulou votos para que possam regressar rapidamente às suas casas. Com este acto, o Presidente da República disse pretender sublinhar a solidariedade dos portugueses para com o sofrimento do povo kosovar, lamentando, depois, que muitos milhares de pessoas tivessem sido obrigadas a abandonar as suas próprias terras de origem. Ainda durante este encontro, o chefe de Estado formulou votos para que os kosovares se sintam bem em Portugal e recordou que a História do povo português sempre demonstrou um inequívoco respeito pelas diferenças culturais e religiosas de outros povos.

Sobre Timor-Leste, Jorge Sampaio apenas comentou que o envolvimento das Nações Unidas e a pressão da comunidade internacional junto da Indonésia continuam a ser fundamentais para a resolução do problema de Timor-Leste.

Já em relação às questões que mais afectam o distrito de Setúbal, o Presidente da República afirmou que os mecanismos de solidariedade não podem ser desactivados, porque o processo de reconversão desta região ainda não se encontra concluído. Apesar dos problemas que ainda subsistem, o chefe de Estado manifestou-se confiante nas possibilidades do distrito e, muito particularmente, na capacidade dos setubalenses para as aproveitarem com trabalho e inteligência.

DEBATE NA SIC MÁRIO SOARES EM GRANDE

O cabeça-de-lista do PS às eleições europeias de 13 de Junho demonstrou uma vez mais, terça-feira, durante o debate na SIC, todas as suas grandes qualidades, que o diferenciam claramente dos restantes candidatos de outros partidos. Mário Soares revelou inegável serenidade, nunca se envolvendo na pequena política de Paulo Portas ou de Pacheco Pereira. Provou que é o único com um projecto consistente para garantir um bom futuro à União Europeia, através do aprofundamento dos seus laços políticos, sociais, económicos e culturais entre os Quinze Estados-membros.



Sociedade & País

Jovens luso-descendentes devem transmitir realidade portuguesa

A mesma
juventude
noutra
latitude

Sob o lema «A mesma juventude noutra latitude», decorreu em Lisboa de 2 a 8 de Maio, a 1ª Semana de Jovens Portugueses e Luso-descendentes, uma iniciativa das secretarias de Estado da Juventude e das Comunidades, que serviu para os jovens terem um melhor conhecimento da realidade portuguesa, bem diferente do país cinzento e subdesenvolvido que os seus pais conheceram, obrigando-os a procurar melhores condições de vida em vários cantos do mundo.

Educação

Rede Nacional Pré-Escolar Paixão consumada



Uma das prioridades estratégicas do Programa de Governo socialista foi já alcançada. O ideal de desenvolvimento e expansão da educação pré-escolar enquanto pedra basilar para a melhoria da qualidade do ensino e para a efectiva promoção da igualdade de oportunidades entre os cidadãos ganhou, na semana passada, mais um triunfo: uma rede nacional de educação.



PSD durão

O «novo» PSD saído à pressa do recente Congresso de Coimbra não aprendeu a lição da democracia e da tolerância. Apesar de Coimbra ser uma cidade de longas tradições democráticas, de combate à ditadura e à intolerância, a meteórica passagem por Coimbra da caravana barrosista não foi suficiente para que o líder do PSD pudesse beber os ensinamentos da secular Universidade.

Durão Barroso tem de se habituar a viver em democracia e perder os tiques de intolerância, próprios de quem se julga mais dotado que os outros, que tem revelado nos últimos dias e que julgávamos – mal, pelos vistos –, definitivamente enterrados no PSD. A oferta do lugar de presidente do PSD ao «delfim de Cavaco» fez regressar à ordem do dia a agressividade, a intolerância e a arrogância que caracterizaram os dez anos da longa governação cavaquista.

O radicalismo das recentes intervenções de Durão Barroso quer no comício do passado fim-de-semana em Vila Nova de Famalicão quer à saída da audiência com o Presidente da República em Belém, fazem antever que os próximos meses, a decorrerem entre o espírito eleitoralista e a necessidade de protagonismo da nova direcção laranja, se irão tornar num constante e permanente ataque aos valores da democracia, da tolerância e da solidariedade que o Governo socialista devolveu ao País em Outubro de 1995.

A campanha de *outdoors* recentemente lançada pelo PSD é disso mesmo um sintoma claro. As intervenções quer de Durão Barroso quer de Pacheco Pereira – a segunda escolha do PSD para cabeça-de-lista às próximas eleições europeias – têm vindo a centrar-se cada vez mais no ataque pessoal e na calúnia. Sem uma única ideia nova ou alternativa à actual governação socialista, até agora apresentada aos portugueses, o PSD, cujas propostas programáticas apenas pretende apresentar lá para o final do próximo Verão, tem assente a sua estratégia eleitoral europeia na procura de criação de artificiais factos políticos que lancem a confusão sobre o cidadão mais desprevenido. Uma estratégia herdada a papel químico dos tempos radicalmente revolucionários de Pacheco e Durão.



MITTERRAND ELEITO PRESIDENTE DA FRANÇA

A edição de 14 de Maio de 1981 do «Acção Socialista» foi uma edição festiva e cheia de mensagens de esperança num futuro mais justo.

Dois grandes acontecimentos preenchiam as páginas do «AS»: o IV Congresso Nacional do PS que teve como resultado a reeleição de Mário Soares e a vitória histórica do socialista François Mitterrand nas eleições presidenciais em França.

No Pavilhão dos Desportos onde decorria o Congresso do PS, uma notícia enchia de júbilo os delegados e observadores: em França, após 27 anos da direita no poder, um socialista chegava ao Eliseu com um projecto de profundas reformas socialistas: nacionalização dos principais sectores da economia, imposto sobre as grandes fortunas, aumento substancial do salário mínimo e diminuição do tempo de trabalho, entre outras. Estas medidas, baseadas no admirável sonho a longo prazo de ruptura com o capitalismo (abandonado em nome do realismo económico e nunca concretizado), viriam a ser implementadas alguns meses depois pelo chefeado por Pierre Mauroy.

Felizmente, nessa altura, apesar da crise económica mundial, ainda o projecto socialista não era alvo da tentação neoliberal protagonizada pela chamada Terceira Via.

J. C. C. B.

14 de Maio

Quem disse?

«O socialismo democrático é a esperança do Mundo! Temos de persistir para vencer e dar a este país a liberdade e ao mesmo tempo as conquistas sociais que só através de reformas profundas e corajosas são possíveis»

Mário Soares



Jorge Sampaio defende ensino artístico

O Presidente da República realçou no dia 28, em Lisboa, que o ensino artístico «é essencial» para o desenvolvimento económico do País e para a competitividade dos produtos nacionais.

Jorge Sampaio falava aos jornalistas durante uma visita a quatro escolas - três do secundário e uma de ensino superior - que realizou na capital e que corresponde a uma das áreas temáticas (a par das bibliotecas e arquivos, por exemplo) valorizadas no domínio da Cultura.

Estas escolas - Instituto de Artes Visuais, Design e Marketing (IADE), Escola António Arroio, Escolas de Dança e de Música do Conservatório Nacional - dão ao

sector produtivo «uma outra capacidade» competitiva e têm contribuído também para «solidificar a vertente profissionalizante do ensino», afirmou.

A nível do *design*, observou Jorge Sampaio, «há um esforço» feito nos últimos anos que «coloca os produtos» nacionais «ao nível» dos estrangeiros.

O Presidente da República adiantou que o ensino artístico, apesar de ser recente em Portugal, se apresenta como «caminho de futuro» para muitos jovens.

O Chefe de Estado, que visitou durante a manhã as instalações do IADE e da Escola António Arroio, encontrou nesta última uma exposição de *cartoons* de João Abel Manta sobre o Estado Novo.



Idosos exigem Manuel Jerónimo na AR

As manifestações de apoio dos idosos ao deputado dos reformados, Manuel Jerónimo, sucedem-se.

Em reunião extraordinária, realizada no dia 27, os órgãos sociais do MODERP/UGT - Movimento Democrático de Reformados e Pensionistas «manifestaram por unanimidade a sua congratulação e o seu total apoio à continuação de Manuel Jerónimo

na Assembleia da República, como garante de que os idosos, pensionistas e reformados do País, mesmo não pertencendo ao MODERP, terão sempre uma voz determinada na defesa dos seus direitos e na luta por melhores condições de vida para esta camada da população tão expressiva, de mais de dois milhões e meio de portugueses».

Grupo da Suíça volta ao café do sonho e da conspiração

Recordar os bons (dífceis) velhos tempos da luta antifascista e ao mesmo tempo comemorar os 25 anos do 25 de Abril foi o que fizeram no passado fim-de-semana os socialistas Medeiros Ferreira, Eurico Figueiredo, António Barreto e Ana Benavente.

Membros do chamado grupo de Genève - oposicionistas ao antigo regime que se encontravam no exílio na Suíça - voltaram ao café onde costumavam reunir-se e conspirar, o Landot, onde descerraram uma lápide comemorativa.

Os 25 anos do MES

A 1 de Maio de 1974 nascia o Movimento de Esquerda Socialista (MES). Passados 25 anos, alguns dos seus ex-militantes, entre os quais membros do actual Executivo socialista (Ferro Rodrigues, João Cravinho, Francisco Seixas da Costa e Ana Benavente), festejaram a data com um jantar de confraterni-

zação no Parque das Nações, em Lisboa. De salientar que a esmagadora maioria dos militantes mais activos do MES ao longo dos anos nunca renegaram o seu ideário de esquerda, tendo aderido, uns mais cedo e outros mais tarde, ao PS, a grande casa comum da esquerda.

MÁRIO SOARES EM GRANDE

O cabeça-de-lista do PS às eleições europeias de 13 de Junho demonstrou uma vez mais, terça-feira, durante o debate na SIC, todas as suas grandes qualidades, que o diferenciam claramente dos restantes candidatos de outros partidos. Mário Soares revelou inegável serenidade, nunca se envolvendo na pequena política de Paulo Portas ou de Pacheco Pereira. Provou que é o único com um projecto consistente para garantir um bom futuro à União Europeia, através do aprofundamento dos seus laços políticos, sociais, económicos e culturais entre os Quinze Estados-membros. Mário Soares também se recusou a adoptar posições demagógicas, assumindo como próximas etapas da construção europeia o aumento dos seus recursos financeiros, tendo em vista a criação de um espaço de liberdade e de cooperação ao nível mundial, que apenas será possível com a adopção de uma política externa, de defesa e de segurança comuns.

Com grande humildade, o camarada Mário Soares iniciou o debate na SIC, terça-feira, em Carnaxide, transmitindo a garantia de estar em pé de igualdade com todos os restantes candidatos às eleições para o Parlamento Europeu. «Não quero privilégios. Estou aqui para discutir ideias», clarificou o ex-Presidente da República e fundador do Partido Socialista, para quem, no acto eleitoral de 13 de Junho próximo, «está em causa a eleição de 25 deputados e não apenas de um só. Não parto para as eleições europeias no papel de vencedor antecipado e até entro num papel de certo modo difícil. O eleitorado terá as suas convicções, mas a prioridade é combater a abstenção», identificou Mário Soares.

Apesar de as sondagens atribuírem confortável avanço ao PS nas próximas eleições europeias, o ex-chefe de Estado (embora não negue a importância destes estudos de opinião) advertiu que não podem ser encarados como algo de absoluto. Numa referência indirecta a Paulo Portas (PP), Pacheco Pereira (PSD) e Ilda Figueiredo (PCP), adiantou que se irá bater «com armas iguais», sendo candidato na lista do PS.

A seguir, recusou qualquer comparação possível entre o resultado que vier a obter a 13 de Junho próximo e a enorme votação que recebeu na sua reeleição para o Palácio de Belém (mais de 70 por cento dos votos). Sublinhou, também, que o seu regresso à primeira linha da actividade política deve ser encarado com normalidade. Depois de deixar a Presidência da República, «nunca excluí a possibilidade de continuar a minha vida política», referindo, a este



propósito, o facto de haver casos idênticos na Europa de ex-chefes de Estado que se candidataram ao Parlamento de Estrasburgo.

Nunca enganei os portugueses

Sobre as suas convicções mais europeístas e favoráveis a um aprofundamento político entre os «Quinze» da União Europeia, o camarada Mário Soares mostrou-se seguro de que a generalidade dos cidadãos conhece bem as suas ideias. Recordou, a este respeito, que sempre se assumiu como socialista, republicano e laico. E, provavelmente, sobretudo na sua reeleição para Presidência da República, muitos eleitores não laicos e não socialistas votaram em si, apesar de tudo. «Nunca enganei os portugueses sobre as minhas convicções», declarou.

Em termos de projecto de construção europeia, Mário Soares optou por separar águas em relação ao presidente do PP. «Ao contrário de Paulo Portas, penso que é importante que os portugueses contribuam para fazer avançar a União Europeia», disse.

Já em outro capítulo do debate, este sobre o tempo que Pacheco Pereira, Paulo Portas, Ilda Figueiredo e Mário Soares tencionavam permanecer em Estrasburgo, o cabeça-de-lista socialista assumiu que, no mínimo, «se as coisas correrem muito mal, ficará até ao final da presidência portuguesa da União Europeia» — ou seja, até ao começo do segundo semestre do ano 2000. No entanto, recusou-se a revelar o tempo exacto que ficará em Estrasburgo, invocando a sua idade, embora tivesse admitido a possibilidade de concluir o seu mandato de

cinco anos. «A minha disposição é ficar até ao fim», salientou.

Depois, com muita ironia, até deu razão ao cabeça-de-lista do PSD, quando este sustenta que Portugal tem poucas hipóteses de ter o próximo presidente do Parlamento Europeu. Apesar de tudo, Mário Soares confessou que, agora, sente ter mais hipóteses de vir a ocupar a presidência desta importante instituição da União Europeia. Perante os insistentes ataques dos adversários, o ex-Presidente da República, fez questão de realçar a elevada qualidade da candidatura do PS, onde se integram ex-membros do Governo e, igualmente, deputados que fizeram parte da Assembleia Constituinte.

Mário Soares desmonta demagogia

Quando se entrou no capítulo sobre a eventual criação de um euroimposto, o cabeça-de-lista do PS começou por lembrar o excelente resultado obtido pelo primeiro-ministro português, António Guterres, nas negociações da Agenda 2000, na cimeira de Berlim. «Consegui uma coisa que muitos julgavam impossível e que era Portugal aumentar os seus recursos até 2007», afirmou o ex-chefe de Estado.

Logo a seguir, e abordado o tema do euroimposto, Mário Soares deixou bem claro que nunca defendera uma maior carga fiscal junto dos portugueses. «Se esse imposto europeu vier a ser criado, os portugueses não vão pagar mais», assegurou, antes de também rejeitar que a palavra «criação» (de um novo imposto) alguma vez tenha entrado no seu léxico. Aconteceu, isso sim, explicou, «que afirmei que, mais tarde ou mais cedo, a questão do imposto euro-

peu vai ser discutida nas instituições comunitárias».

Outra questão controversa, ao longo do debate, relacionou-se com a possível criação de um exército europeu. Também neste campo, o ex-Presidente da República recordou que o tema irá estar necessariamente na ordem do dia. «Sou favorável à continuação de uma parceria atlântica entre os Estados Unidos da América e a União Europeia. Mas, essa parceria, deve ser uma aliança entre iguais e não entre desiguais como hoje acontece».

Mais, ainda, segundo Mário Soares. O reforço do pilar europeu da NATO só poderá progredir, se, antes, avançar o projecto de Política Externa e de Segurança Comum (PESC). Para tal, lembrou Mário Soares, «os europeus têm de se dotar dos meios necessários para possibilitar essas políticas». Ainda sobre este mesmo tema, o cabeça-de-lista do PS não hesitou em apoiar o aumento da investigação científica militar e, igualmente, o fomento da indústria europeia do armamento. «As indústrias do armamento não podem ficar só nos Estados Unidos da América», declarou.

Na questão do conflito da Jugoslávia, Mário Soares voltou a recordar as suas posições críticas face à intervenção da NATO, mas nem sequer atribuiu aos Estados Unidos da América a principal responsabilidade pelas decisões tomadas. «Os portugueses vão entender que todos queremos a paz», referiu, já depois de ter considerado Milosevic um «tirano», que está a levar a cabo uma inaceitável e monstruosa limpeza étnica. Como solução para o fim do conflito, o ex-chefe de Estado adiantou que a única possibilidade passa pela via diplomática, campo em que é necessário desenvolver todos os esforços.

PELO PAÍS

Governança Aberta

ADMINISTRAÇÃO EDUCATIVA

«O euro é um instrumento fundamental na construção da cidadania e de uma Europa do conhecimento», afirmou, no dia 5, em Coimbra, o secretário de Estado da Administração Educativa, Guilherme d'Oliveira Martins.



O governante falava numa sessão promovida pela Direcção Regional de Educação do Centro (DREC), que antecedeu o lançamento de três mil balões com o símbolo da União Europeia por alunos do 1º ciclo e da pré-primária.

«Tendo como base o contributo dos professores, o êxito do euro dependerá muito do que está a ser e for feito nas escolas», observou Oliveira Martins.

Além da inauguração da exposição «A Europa do Euro», procedeu-se à abertura e degustação de um bolo gigante (120 quilos) com a forma da moeda única, fornecido pela Escola de Hotelaria e Turismo de Coimbra.

O programa da DREC sobre «A Educação e a Introdução do Euro» desenvolve-se ao longo de três anos nas escolas da Região Centro, com actividades de vária índole.

Na deslocação a Coimbra, Oliveira Martins foi confrontado com uma pequena manifestação de docentes, promovida pelo Sindicato dos Professores da Região Centro (SPRC), tendo tomado a iniciativa de se lhes dirigir e dialogar com o coordenador da estrutura, Mário Nogueira.

O secretário de Estado anunciou a publicação em breve de uma portaria para contagem integral do tempo de serviço e, em relação aos agrupamentos de escolas, e sublinhou que estes estabelecimentos «têm um papel fundamental».

«Qualquer transferência de competências para as autarquias terá de ter em conta os interesses dos professores, ouvidas as suas organizações representativas», frisou.

Em relação à eventual construção de um novo estabelecimento particular na região, nomeadamente na Figueira da Foz, Guilherme d'Oliveira Martins disse que o Governo assume as suas responsabilidades no desenvolvimento da rede pública.

AGRICULTURA

O ministro da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Capoulas Santos, assinou, no dia 7, em Moura, um protocolo com a cooperativa local para promo-

ver a expansão e reconversão do Olival e que contempla uma ajuda financeira de 60 mil contos.



Através desta ajuda financeira, a Cooperativa de Moura irá gerir um fundo através do qual poderão ser concedidos adiantamentos aos agricultores, «sem juros até 12 anos», para novas plantações e para reconversão dos olivais já existentes.

Uma medida que, refere o comunicado, «vem complementar as ajudas ao investimento em vigor que já prevêm participações a fundo perdido até 50 por cento do valor total dos investimentos dos agricultores».

Capoulas Santos, na sua deslocação a Moura, distrito de Beja, presidiu ainda à tomada de posse da Comissão Instaladora do Centro de Estudos e Promoção do Azeite do Alentejo (no recinto da Olivomoura) e, na Câmara Municipal, à escritura de constituição da Associação para o Desenvolvimento dos Municípios Olivícolas Portugueses (ADEMO).

AMBIENTE

«Os portugueses residentes na maioria das zonas urbanas passam, a partir do final do ano, a beber água de qualidade», garantiu, no dia 6, em Vila Nova de Famalicão, a ministra do Ambiente, Elisa Ferreira.



A governante disse que até agora a água chegava a mais de 80 por cento dos lares nacionais, só que «boa parte das torneiras deitava água com problemas de qualidade e o mesmo acontecia com o serviço prestado, que não evitava as falhas».

A ministra falava aos jornalistas no final da cerimónia inaugural da ligação do sistema

intermunicipal de abastecimento de água a região do Grande Porto, gerido pela empresa «Águas do Cávado», a três freguesias de Vila Nova de Famalicão, entre as quais o populoso núcleo urbano da vila de Joane. Elisa Ferreira disse que os problemas de metade do Algarve estão resolvidos, enquanto a outra metade, o litoral algarvio, ficará servida ainda este ano, com a conclusão do respectivo sistema.

Na zona Norte - prosseguiu - «os problemas de abastecimento de água - derivados do povoamento disperso que a caracteriza - estão a ser resolvidos através da empresa Águas do Cávado», enquanto que, na região que vai do sul da Maia até Ovar, está outra empresa a avançar com o abastecimento até final do ano.

«Na maior parte dos grandes aglomerados populacionais, o problema fica resolvido até final do ano», prometeu, assinalando que há uma ou outra zona em que o processo demorara mais um ou dois anos.

AVEIRO

O Executivo socialista vai investir, até ao final da legislatura, mais de dez milhões de contos no distrito de Aveiro, na construção e ampliação de escolas dos 2º e 3º ciclo do ensino secundário.



A informação foi divulgada, na passada quinta-feira, dia 6, pelo governador civil, Antero Gaspar, durante uma intervenção no Encontro «Educação para o Século XXI» que decorreu em Arouca.

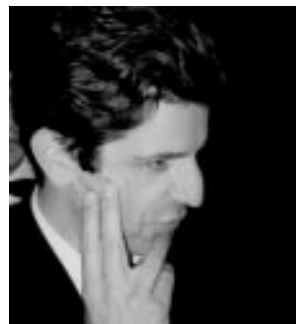
Dirigindo-se aos professores e agentes educativos, Antero Gaspar realçou que «o Governo tem vindo a efectuar investimentos significativos no contexto da educação». A título de exemplo, Antero Gaspar referiu que «no distrito de Aveiro, as obras concluídas e as que vão ser lançadas nesta legislatura, desde a edificação de novas escolas a empreitadas de ampliação, e à construção de equipamentos desportivos, destinados aos 2º e 3º ciclos e ao ensino secundário, envolvem um investimento superior a dez milhões de contos».

CULTURA

O ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho presidiu, no dia 6, no Centro Cultural de Belém, em Lisboa à primeira apresentação pública em Portugal do Museu de Arte Contemporânea de Serralves.

No acto - que contou com a presença do presidente da Fundação de Serralves, João

Marques Pinto, e do director do Museu, Vicente Todolí - será visionado o filme institucional do projecto e distribuída documentação sobre a colecção que integra o Museu, a inaugurar em 6 de Junho, no Porto.



Em Janeiro, a Fundação de Serralves iniciou em Nova Iorque e Washington uma campanha de apresentação e promoção do Museu junto dos meios culturais e da Imprensa especializada, para a qual seleccionou outras oito cidades consideradas estratégicas: Madrid, Roterdão, Paris, Londres, Barcelona, Santiago de Compostela, Rio de Janeiro e São Paulo.

O Museu de Arte Contemporânea de Serralves é o primeiro projecto do género em Portugal e o maior centro cultural multidisciplinar no Norte do País.

Este museu visa constituir uma colecção de arte contemporânea representativa da obra de artistas portugueses e estrangeiros, bem como apresentar um programa de exposições temporárias, colectivas e individuais, que estabeleçam um diálogo entre os contextos artísticos nacional e internacional.

DESENVOLVIMENTO RURAL

O primeiro-ministro encerrou, no dia 7, em Évora, as jornadas «Alentejo: uma terra com futuro», organizadas pelo ProAlentejo, numa cerimónia em que se fez acompanhar pelo ministro do Equipamento, Planeamento e Administração do Território, João Cravinho. Guterres aproveitou a deslocação a Évora para visitar a exposição itinerante sobre multimédia na Escola Profissional da Região Alentejo e para um encontro com jovens.



PELO PAÍS

Governança Aberta

As jornadas organizadas pelo ProAlentejo serviram para debater temas relacionados com o desenvolvimento do Alentejo, região que, segundo Maria José Constâncio, secretária de Estado do Desenvolvimento Regional, «já deu a volta em relação ao de-semprego».

Maria José Constâncio, que presidiu à abertura, fez referência aos projectos em curso ou previstos para a região, como a Barragem de Alqueva, a dinamização do Porto de Sines e a abertura da Base Aérea de Beja a aviação civil.

EQUIPAMENTO

«O desenvolvimento empresarial deve basear-se na complementaridade entre as cidades», afirmou, no dia 6, em Abrantes, o secretário de Estado adjunto do ministro de Equipamento, José Pedroso.

O governante esteve presente na abertura de um seminário nacional sobre o desenvolvimento empresarial.

José Pedroso aproveitou a ocasião para divulgar algumas das linhas estratégicas do desenvolvimento do País que serão integradas no próximo Quadro Comunitário de Apoio (QCA).

«Este País tem de assumir que há um problema que é preciso resolver: a assimetria Litoral/Interior», disse o governante.

Em declarações à Comunicação Social, José Pedroso enalteceu a feira empresarial que representa a aposta subjacente ao plano nacional de desenvolvimento económico e nacional que passa pela associação entre os municípios e outras entidades regionais que podem desenvolver uma região.

Esta feira empresarial tem a particularidade de juntar na organização as câmaras municipais de Abrantes, Constância, Gavião, Mação, Sardual e Vila De Rei, para além das associações de empresariais de comerciantes e de agricultores.

Na organização contam-se ainda a Comissão de Coordenação de Lisboa e Vale do Tejo, a Direcção Geral do Desenvolvimento Regional, o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento, e o Instituto do Emprego e Formação Profissional.

SEGURANÇA SOCIAL

O Governo vai lançar uma grande campanha de sensibilização do País sobre a questão do trabalho infantil, revelou, no dia 6, em Matosinhos, o secretário de Estado da Segurança Social, Ribeiro Mendes.

«No entanto, é importante distinguir entre trabalho infantil, que na maior parte dos casos constitui ajuda às famílias, e a exploração infantil, que em Portugal é um fenómeno muito restrito», disse o governante na sessão de encerramento do seminário «Exploração do trabalho Infantil - Conhecer/Intervir», que decorreu na Universidade do Minho e na Exponor, em Matosinhos.

Ribeiro Mendes defendeu que, no combate ao trabalho infantil, «é indispensável a articulação entre a escola, a segurança social e as autarquias».

«Não escondo que os passos dados pelo

Governo até agora nesta área têm sido pequenos, mas são seguros», disse, acrescentando que «é preciso dar um salto em frente e por mais meios e mais pessoas no terreno para atacar este problema».



TRABALHO E SOLIDARIEDADE

Os contribuintes e beneficiários da Segurança Social têm, desde o dia 8, a vida facilitada em Portimão, com a inauguração da primeira Loja da Solidariedade, que reúne os vários serviços até agora dispersos pela cidade.



Esta é a primeira de uma rede nacional de lojas de solidariedade e segurança social e foi inaugurada pelo ministro da tutela, Ferro Rodrigues, no sábado, precisamente o Dia da Segurança Social.

A nova loja-piloto, que ficará situada no antigo edifício da Casa dos Pescadores, junto à zona ribeirinha da cidade de Portimão, substitui os serviços locais de segurança social com o intuito de permitir um atendimento personalizado e mais célere.

Segundo o presidente do Centro Regional de Segurança Social (CRSS) do Algarve, além da criação de um espaço moderno, devidamente equipado com meios informáticos ligados aos serviços centrais, o objectivo que presidiu a este projecto foi o de aproximar os cidadãos a um serviço de qualidade.

A Loja de Solidariedade e Segurança Social, acrescentou Luís Carito, está integrada nas novas respostas que a segurança social proporciona aos seus utentes, possuindo infra-estruturas técnicas e uma organização pensada num atendimento com qualidade.

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 6 de Maio

O Conselho de Ministros aprovou:

- Uma proposta de lei que estabelece o regime jurídico para a realização e difusão de sondagens e inquéritos de opinião;
- Uma proposta de lei que autoriza o Governo a tomar medidas legislativas no âmbito dos mercados de valores mobiliários e outros instrumentos financeiros;
- Um projecto de resolução que concede protecção temporária, por um período inicial de seis meses, aos cidadãos do Kosovo;
- Um decreto-lei que estabelece o regime jurídico aplicável às cooperativas agrícolas;
- Um decreto-lei que aprova a adopção de medidas que visam apoiar e facilitar a reintegração social de cidadãos que, durante a prestação do serviço militar efectivo normal, tenham adquirido uma diminuição permanente na sua capacidade geral de ganho igual ou superior a 80 por cento;
- Um decreto-lei que considera feriado, para as instituições do sector financeiro, o dia 31 de Dezembro de 1999;
- Um diploma que altera o decreto-lei n.º 119/99, de 14 de Abril, que estabelece o quadro legal de reparação da eventualidade de desemprego, no âmbito do regime geral de segurança social dos trabalhadores por conta de outrem;
- Um decreto-lei que estabelece o regime aplicável aos estabelecimentos hospitalares e grupos de hospitais do Serviço Nacional de Saúde;
- Um decreto-lei, que fica a aguardar o termo do prazo de pronúncia dos órgãos de Governo próprio das Regiões Autónomas, que regulamenta as profissões técnicas de diagnóstico e terapêutica, e cria o Conselho Nacional das Profissões de Diagnóstico e Terapêutica como órgão de apoio ao ministro da Saúde;
- Um decreto-lei que permite a transição dos funcionários da carreira de fiscalização de tabacos do quadro de pessoal da Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo (DGAIEC) para a carreira de verificador auxiliar aduaneiro do mesmo quadro;
- Um decreto-lei que transpõe para a ordem interna uma directiva comunitária, alargando a tabela de classificação das actividades industriais;
- Um decreto-lei que revoga o diploma que define o regime jurídico das novas concessões de auto-estradas a designar por IC16/IC30, Litoral/Centro, Norte/Litoral, Lisboa/norte, IC24 e IC3/Baixo Tejo;
- Um decreto-lei que altera a redacção do decreto-lei n.º 333/97, de 24 de Agosto, permitindo a criação, pelo Instituto Nacional de Formação Turística, de estabelecimentos de restauração de aplicação;
- Um decreto-lei que suspende por 90 dias a entrada em vigor do diploma que exige a certificação dos varões de aço para betão armado;
- Uma proposta de resolução que aprova a convenção entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República da Índia para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento, assinado em Lisboa, em 11 de Setembro de 1998;
- Um decreto que aprova, para ratificação, a Convenção Europeia sobre a Nacionalidade, aberta à assinatura em Estrasburgo, em 26 de Novembro de 1997;
- Uma resolução que nomeia Rui Nelson Gonçalves de Assis Ferreira representante do Governo para a Alta Autoridade para a Comunicação Social.



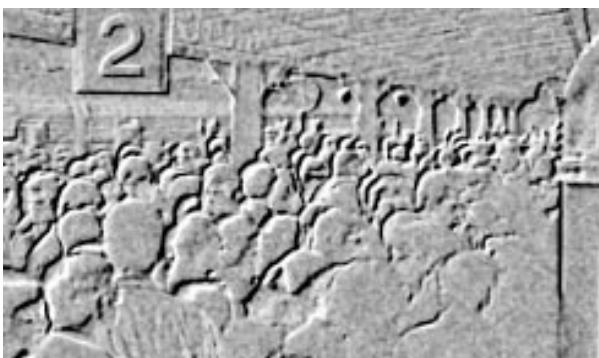
NOVO REGIME DE DIFUSÃO

O Executivo socialista estabeleceu, no dia 6, em Lisboa, o regime jurídico para a realização e difusão de sondagens e inquéritos de opinião.

Considerando que a Comunicação Social constitui, nas sociedades democráticas modernas, um meio fundamental de divulgação de informação e atendendo ao incremento de publicação e difusão de sondagens e de outros inquéritos de opinião em órgãos de informação, o Governo entendeu ser necessário estabelecer um regime jurídico regulador dessas actividades, de modo a assegurar aos cidadãos e às empresas que as realizam a efectiva protecção dos direitos constitucionalmente consagrados.

É objectivo do Executivo, claramente expresso no seu Programa, salvaguardar o rigor e a disciplina científica dos inquéritos de opinião, contribuindo para a sua credibilização.

A proposta de lei aprovada na passada reunião de Conselho de Ministros introduz, assim, relevantes alterações à actual regulação da matéria (Lei n.º 31/91, de 20 de Julho) centradas basicamente em três áreas: regulação da actividade de publicação e difusão de sondagens e inquéritos de opinião num âmbito mais vasto do que o âmbito político-eleitoral; estabelecimento da distinção necessária entre as sondagens cientificamente validadas que permitem a generalização dos resultados



obtidos e outros tipos de inquéritos de opinião; e definição das regras específicas para as sondagens em matéria eleitoral.

No que respeita às sondagens, estabeleceu-se, como regras, que elas só podem ser realizadas por entidades inscritas e credenciadas para o exercício da actividade junto da Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACS); as suas perguntas devem ser objectivas, precisas e claras; a amostra deve ser representativa do universo a abranger; a interpretação dos resultados brutos deve ser rigorosa; os inquiridos têm ser informados sobre a identificação da entidade responsável pela realiza-

ção da sondagem, devendo o anonimato dos inquiridos ser preservado. Relativamente à publicação das sondagens, o diploma fixa a obrigatoriedade de ser observado um condicionalismo temporal que garanta a não desactualização dos resultados obtidos.

Assim, a entidade responsável pela publicação ou difusão da sondagem deve proceder ao depósito desta antes de a divulgar. O depósito será acompanhado da respectiva ficha técnica.

Da primeira divulgação tem que constar uma ficha técnica com os elementos necessários à sua identificação e à explicitação

do método ou das técnicas utilizadas na recolha ou tratamento dos dados.

Quanto às sondagens relativas a acto eleitoral ou referendário, destaca-se a permissão da sua realização em dia de sufrágio junto dos locais de voto desde que autorizadas previamente (mínimo uma semana) pela Comissão Nacional de Eleições e que os entrevistadores estejam credenciados pela CNE.

Este tipo de auscultação de resultados eleitorais deverá ser efectuado depois do exercício do direito de sufrágio, salvaguardando o segredo do voto.

Reduz-se, pois, substancialmente o prazo de proibição de divulgação e análise de sondagens e projecções de resultados, o qual passa dos sete dias (actualmente em vigor) para o período que medeia entre o final da campanha eleitoral e o encerramento das urnas em todo o País.

Saliente-se ainda que o diploma atribui à AACS a fiscalização, em exclusivo, de todo o tipo de sondagens e inquéritos de opinião e que aperfeiçoa o mecanismo de obrigatoriedade de rectificação quando houver queixa de violação do disposto na lei.

No que respeita a contra-ordenações, o diploma prevê coimas cujos montantes duplicam em relação à legislação em vigor, estipulando-se um mínimo de mil e um máximo de dez mil contos (pessoas singulares) e de cinco mil e de 20 mil contos (pessoas colectivas).

EXECUTIVO COM LUZ VERDE PARA INTERVIR

O Conselho de Ministros aprovou, na passada quinta-feira, dia 6, uma proposta de lei que autoriza o Governo a tomar medidas legislativas no âmbito dos mercados de valores mobiliários e outros instrumentos financeiros.

Este diploma insere-se no processo de revisão do Código do Mercado de Valores Mobiliários e tem como objecto as matérias que, de acordo com a Constituição, integram a reserva relativa de competência da Assembleia da República, nomeadamente as matérias penais e os regimes substantivos e processuais do ilícito de mera ordenação social que excepcionam o respectivo regime geral, contido no decreto-lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, bem como as matérias relativas a taxas, impostos e isenções fiscais.

Apesar desta proposta de lei contemplar, relativamente às matérias referidas, todo o sistema a consagrar no futuro Código do Mercado de Valores Mobiliários, este não contera um regime radicalmente inovador, já que muitas das soluções para as quais se solicita autorização legislativa encontram-se já no direito vigente, sendo objec-

to da presente lei apenas porque assim o exige a elaboração de um novo Código do Mercado de Valores Mobiliários.

Assim, destacam-se como principais inovações em relação ao quadro normativo em vigor:

- No âmbito dos ilícitos criminais, apesar de se definirem novas incriminações, as soluções propostas enquadram-se no princípio da intervenção mínima, optando-se por limitar a intervenção penal a comportamentos que já tinham essa dignidade (abuso de informação, manipulação do mercado e desobediência, com uma reformulação do âmbito dos diversos ilícitos) e criando-se apenas dois tipos novos de incriminação.

- O crime de violação do dever de certas pessoas (com cargos de administração, direcção ou fiscalização de intermediários financeiros) impedirem práticas manipuladoras realizadas através do ente colectivo que dirigem ou fiscalizam.

- Os crimes de intermediação financeira e de constituição ou gestão de mercados não autorizados ou devidamente registados.

- A revisão das penas aplicáveis reflecte

um espírito semelhante ao que orientou a tipificação dos crimes, não se ultrapassando o limite de três anos de prisão, que corresponde a um índice de gravidade média por comparação com as penas previstas para diversos crimes no Código Penal.

Relativamente ao regime do ilícito de mera ordenação social salienta-se a reorganização das molduras sancionatórias das coimas, as quais passarão a ter os seguintes valores mínimos e máximos:

As infracções menos graves implicaram o pagamento de um valor que poderá variar entre 500 a cinco mil contos (2 500 a 250 mil euros); as infracções graves terão multas de 2,5 mil a 250 mil contos (12 500 a 1 250 mil euros), e as infracções muito graves serão sancionadas com coimas entre os cinco mil a 500 mil contos (25 mil a 2 500 mil euros).

Poderão ser ainda aplicadas as seguintes sanções acessórias:

- Apreensão e perda do objecto da infracção, incluindo o produto do benefício obtido pelo infractor através da prática da contra-ordenação;

- Interdição temporária (até cinco anos) do

exercício pelo infractor da profissão ou actividade a que a contra-ordenação respeita;

- Inibição (até cinco anos) do exercício de funções de administração, direcção, chefia ou fiscalização e, em geral, de representação de quaisquer intermediários financeiros;

- Publicitação pela CMVM, a expensas do infractor, da sanção aplicada pela prática da contra-ordenação;

- Revogação da autorização ou cancelamento de registo necessários para o exercício das actividades nos mercados de valores mobiliários ou outros instrumentos financeiros.

No sentido de dar mais eficácia ao exercício de direitos pelos investidores lesados nos mercados de valores mobiliários, entende-se o regime actualmente previsto na lei n.º 83/95, de 31 de Agosto, conferindo a iniciativa para a acção popular aos investidores e às suas associações ou fundações.

No mesmo sentido vai a previsão de autorizar o estabelecimento de sistemas de mediação de conflitos entre investidores, por um lado, e entidades emittentes ou os intermediários financeiros por outro.

ANTÓNIO JOSÉ SEGURO

Aviso aos portugueses na AR

PACHECO PEREIRA NÃO HONRA OS SEUS COMPROMISSOS POLÍTICOS

António José Seguro, número dois na lista do PS ao Parlamento Europeu (PE), esteve na semana passada no Parlamento para responder aos insultos feitos pelo cabeça-de-lista do PSD.

Numa intervenção marcada pela pedagogia democrática, mas firme, em contraponto a uma já estafada arrogância intelectual do conhecido «opinion maker» e agora candidato laranja ao PE, António José Seguro considerou ser necessário avisar os portugueses que o deputado Pacheco Pereira, «para além da campanha do insulto pessoal, das suas contradições, das suas incoerências, da sua falta de informação sobre o número de deputados portugueses no PE, do seu desconhecimento sobre a Agenda 2000, não honra os compromissos políticos».

E lembrou, a propósito, que Pacheco Pereira «não honrou os seus compromissos em Loures quando em 1989 perdeu as eleições e só cumpriu 25 por cento do mandato», bem como em Aveiro, «quando em 1995 foi eleito deputado e nunca mais lá foi».

«O senhor deputado Pacheco Pereira bem

pode escrever sobre a aproximação entre eleitos e eleitores. Mas de que serve ele escrever se faz precisamente o contrário do que diz», disse, sugerindo ao cabeça-de-lista laranja às europeias que «não torne a insultar as pessoas» e «tenha humildade».

Falando sobre as acusações de Pacheco Pereira feitas em Coimbra, no Congresso do PSD de entronização de Durão Barroso, António José Seguro disse não se envergonhar de ter sido responsável por qualquer uma das três iniciativas referidas pelo candidato laranja.

«O senhor deputado Pacheco Pereira ao dizer o que disse não me insultou só a mim e aos meus camaradas de lista. Insultou e tentou diminuir pessoas em todos os partidos políticos que desempenharam ou desempenham funções partidárias iguais às minhas», afirmou António José Seguro.

Incoerências e contradições

Num breve levantamento do rol das «incoerências e contradições» do deputado laranja, António José Seguro lembrou que

Pacheco Pereira na apresentação da sua lista anunciara com pompa e circunstância que viria aí uma nova forma de fazer política, «mas outra coisa não tem feito do que dirigir insultos e apresentar propostas sobre a organização dos debates da campanha».

Acusou ainda Pacheco Pereira de não hesitar em utilizar a sua página no «Diário de No-

tícias» para fazer a sua campanha eleitoral. «É caso para perguntar se recebe como articulista ou como candidato», afirmou.

As «incoerências sucessivas» e a total «ausência de ideias» sobre a Europa e a Agenda 2000 do cabeça-de-lista do PSD foram ainda abordadas por António José Seguro.

J. C. CASTELO BRANCO

DEPUTADO ANTÓNIO SALEIRO

Touros de morte

DEFESA DE UMA PRÁTICA ANCESTRAL COM CARÁCTER DE EXCEÇÃO



«Em Barrancos sacrificam-se cinco animais por ano. Desde 1928 caíram em Barrancos cerca de 350 touros. É bom lembrar que só no decorrer do ano de 1998 as ganadarias portuguesas exportaram para Espanha e França cerca de dois mil animais para serem lidados e mortos em redondez do país vizinho.» A afirmação é do deputado do PS António Saleiro e foi proferida no dia 14 de Abril, no Parlamento.

«Se não permitirmos que em nome de uma prática ancestral dum determinado ponto do nosso território sejam sacrificados cinco animais por ano e permitirmos a exportação de dois mil para serem mortos da mesma forma aqui mesmo ao lado, estamos a fomentar a hipocrisia no País», acrescentou.

António Saleiro falava durante a discussão do projecto de lei que com outros deputados apresentou na Assembleia da República e que tem por objectivo instituir o princípio geral da proibição dos touros de morte em Portugal, mas salvaguardan-

do, com carácter de excepção, as lides com touros de morte praticadas segundo a tradição, como é o caso de Barrancos, no Alentejo.

Segundo Saleiro, com o diploma agora apresentado pretende-se que o Código Penal, tal como em França, «preveja com carácter de excepção que não são tidos por actos cruéis as situações das corridas com touros decorrentes de tradições locais e ininterruptas».

O deputado do GP/PS realçou ainda que «não se pretende com este projecto um quadro de privilégio ou desigualdades na unidade do ordenamento jurídico, pretende-se sim o contrário, ou seja, o privilégio existe com o actual quadro, ou melhor, se se não cumpre a lei estamos a privilegiar o infractor».

Insurgindo-se contra os que na praça pública vociferam «incoerências» contra as suas intenções, nomeadamente a de oportunismo político, o deputado da bancada do PS reafirmou que pretende apenas e tão-só «que a legalidade se cumpra» e que se não tire o pouco que resta aos barranquenhos porque, frisou, «lhes basta o isolamento».

J. C. CASTELO BRANCO

GP/PS

Comissões de inquérito

SOCIALISTAS QUEREM ALTERAR CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

O Partido Socialista poderá vir a apresentar na Assembleia da República um projecto de lei de alteração do artigo 86º do Código de Processo Penal (CPP) que impede a Procuradoria-Geral da República (PGR) de fornecer às comissões de inquérito matéria sujeita a segredo de justiça.

A revelação foi feita pelo deputado socialista Martinho Gonçalves, para quem esta alteração do CPP permitiria à Procuradoria, sem ferir o estrito cumprimento da lei, fornecer às comissões parlamentares de inquérito os elementos solicitados em segredo de justiça.

«Esta iniciativa parlamentar do PS está dependente de pareceres que o presidente da Assembleia da República, Almeida Santos, irá pedir a dois constitucionalistas», acrescentou o parlamentar socialista.

Segundo Martinho Gonçalves, os pareceres justificam-se com a necessidade de assegurar que a alteração pretendida pelo PS do CPP não é inconstitucional, já que «pode ter consequências de ordem constitucional», ao nível da separação entre os poderes judicial e legislativo.

Caso não haja obstáculos de natureza constitucional, o GP/PS está disposto a avançar com o projecto, porque «se não for assim, as comissões de inquérito começam a entrar num processo de descredibilização».

«Sem isso, não se consegue obter elementos e avançar nas averiguações» no âmbito das comissões de inquérito, queixou-se o deputado do PS.

Para Martinho Gonçalves, o objectivo final do projecto é assim «dignificar e dar

operacionalidade às comissões de inquérito para que estas possam obter resultados concretos e positivos».

Segundo o parlamentar socialista, foi com base naquele artigo do CPP que o procurador-geral da República, Cunha Rodrigues, justificou em carta dirigida ao Parlamento a sua recusa em fornecer elementos que se encontram em segredo de justiça.

Nas palavras do deputado socialista, a alteração processual agora defendida pelo Partido Socialista não foi feita aquando da última revisão do CPP porque «na altura não se fez a ligação às leis sobre comissões parlamentares de inquérito, que também precisam de uma revisão profunda».

«A revisão as leis sobre comissões de inquérito está a ser estuda no âmbito da 1ª Comissão Parlamentar», referiu.

Juntamente com o pedido de alteração do artigo do CPP, a bancada parlamentar socialista pretende ainda apresentar um projecto de lei que prevê a criminalização de todos aqueles que dizem ter conhecimento da prática de crimes, mas depois se recusam, perante as autoridades judiciais ou as comissões de inquérito, a identificar os autores dos alegados ilícitos criminais.

A ideia, segundo precisou Martinho Gonçalves, é responsabilizar quem denuncia publicamente crimes graves, como de corrupção ou outros, e depois se recusa a identificar os seus autores.

«Isto descredibiliza a Justiça», argumentou, acrescentando que «esta criminalização, implicaria uma alteração ao actual Código Penal».

GP/PS

Património cultural

PROIBIÇÃO DA UTILIZAÇÃO DE DETECTORES DE METAIS

É mais uma iniciativa extremamente oportuna, no âmbito da defesa do património cultural, e que vem preencher um vazio legislativo. Trata-se de um projecto de lei do GP/PS, subscrito, entre outros, pelos deputados Fernando Pereira Marques, António Reis, António Braga e Rui Namorado, e que tem por principal objectivo proibir a utilização de detectores de metais na pesquisa de objectos e artefactos podendo interessar à pré-história, à história, à arte, à numismática ou à arqueologia.

O diploma que surge na linha do que é praticado noutros países europeus e de recomendações de diversos organismos internacionais, nomeadamente do ICOMOS

(International Council of Monuments and Sites), visa combater a acção perniciosa, numa óptica de mera «caça ao tesouro», exercida por «verdadeiros bandos de indivíduos que, recorrendo ao uso de detectores de metais, saqueiam, impunemente, estações arqueológicas, igrejas e outros sítios do País».

Segundo os autores deste importante diploma, «a natureza do problema e o facto da oposição ter, recentemente, inviabilizado uma proposta de lei sobre o património cultural onde se previam medidas para o enfrentar, justificam esta iniciativa legislativa do GP/PS».

J. C. CASTELO BRANCO

DEPUTADO JOSÉ BARRADAS

Saúde

POR RESPEITO AO ACTO MÉDICO



Os socialistas não apoiam a proposta comunista que consagra o direito do farmacêutico e do próprio doente a alterar a medicação prescrita pelo médico. A garantia foi dada pelo deputado do GP/PS José Barradas, no passado dia 6, durante a sessão plenária da Assembleia da República sobre a saúde.

«Já o disse mas vou repeti-lo. Para nós o acto médico tem de ser respeitado. Dele resulta uma vontade abalizada por muitos anos de estudo e prática clínica. O visado é um doente que deposita no médico, possuidor do saber, toda a confiança e esperança», afirmou.

Reafirmando que os diplomas apresentados pela bancada parlamentar do PCP pouco ou mesmo nada acrescentam de novo ao que já existe na lei, José Barradas reconheceu os méritos da iniciativa comunista.

«O primeiro foi o de proporcionar a discussão de uma matéria que, pela sua complexidade, é tão estranha a muitos de nós. O segundo foi o de permitir transmitir à câmara o que nesta área o Governo tem implementado. O terceiro mérito foi o de constatar o nível de sintonia que nesta área existe entre a política defendida pelo PCP e a prática seguida pelo Governo PS. O pouco que nos divide é o tempo e o modo de o fazer», defendeu.

Detendo-se com mais cuidado sobre a polémica questão dos medicamentos e para sustentar as suas afirmações, José Barradas referiu duas medidas implementadas pelo Executivo socialista e inscritas no Programa de Governo do PS. A primeira consiste na regulamentação da prescrição por princípio activo e a segunda trata da adopção progressiva dos preços de referência dos produtos farmacêuticos.

«Quanto à implementação da primeira medida, curiosamente vertida no diploma

do PCP em apreço, desde logo o Governo fez sair um diploma sobre genérico – o 291/98 – que actualiza o estatuto do medicamento genérico e ajuda a implementar a sua prescrição», disse.

Está prestes a ser lançada a «receita-cheque» que apresenta duas metas essenciais. A uniformização do Serviço Nacional de Saúde e a prescrição por princípio activo sempre que o médico ache possível. «Quanto à implementação da segunda medida, o Governo constatou que a sua adopção poderia penalizar os cidadãos de menores recursos para além da debilitada indústria nacional, sem que fosse claro que daí resultasse uma diminuição da despesa», frisou o parlamentar do PS, acrescentando que a solução encontrada para este problema foi o formulário por patologia, isto é, «a definição dos medicamentos a prescrever em determinadas doenças nos serviços públicos de saúde».

Para José Barradas, com estas medidas contempla-se «na justa medida em que é

exequível», a pretensão que o PCP expressa no artigo 3º do seu projecto de lei, caminhando-se, não para o formulário de prescrição impositivo – rejeitado pela OM -, mas para um formulário nacional indicativo, resultante do acordo e da participação dos médicos prescritores.

Defendendo que o Executivo socialista foi, inclusive, mais longe do que o PCP no sector das participações, José Barradas lembrou que nenhum outro governo ou sou tal intervenção.

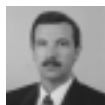
«O novo diploma das participações 305/98 exclui do co-pagamento do Estado todos os medicamentos mais caros que outros já existentes, com a mesma composição qualitativa e quantitativa, na mesma forma farmacéutica; todos os medicamentos que não apresentem vantagens terapêuticas evidentes, ou eu não apresentem embalagens adequadas aos tratamentos a que se destinam», explicou o deputado do GP/PS no final da sua intervenção.

MARY RODRIGUES

DEPUTADO ANTÓNIO DIAS

Caça

O PRIMADO DA QUALIDADE



O deputado socialista António Dias defendeu, no dia 4, no Parlamento, que «hoje não é legítimo, não é justo, nem é possível praticar o acto venatório (caça) de forma indiscriminada». Segundo o parlamentar do PS, «é preciso cuidar e gerir, fomentar e proteger».

«O actual caçador tem uma nova concepção da actividade cinegética, em que coloca sempre o primado da qualidade sobre a quantidade, em que sabe que só promovendo um acertado investimento poderá mais tarde auferir o correspondente juro», referiu António Dias.

Falando sobre a proposta de lei governamental para a Lei de Bases da Caça, o deputado do GP/PS considerou o documento como «uma concepção actual e moderna de um modelo de gestão sustentável dos recursos cinegéticos, numa perspectiva de futuro e de ordenamento desta actividade para os próximos anos», acrescentando que a iniciativa assenta no «pilar fundamental de que hoje a caça só pode ser pensada de forma ordenada e organizada, para que possa contribuir de forma decisiva para o equilíbrio ecológico do mundo em que vivemos».

Recorde-se que a iniciativa legislativa do Governo socialista preconiza o ordenamento de todo o País, embora de forma gradual, respeitando o quadro da realidade existente e compatibilizando as vontades e os interesses dos diferentes intervenientes.

«É este projecto de lei de bases, também por isso, inovador e sensato, rejeitando, como ponto de partida, alterações súbitas», frisou António Dias, reafirmando de

seguida a sua convicção na ideia segundo a qual «proteger é muito mais do que proibir. Proteger nunca é abandonar».

Neste sentido, o diploma do Executivo socialista prevê a criação de refúgios, tendo em vista a preservação das espécies.

Com o objectivo de consolidar o clima de serenidade que se tem vindo a instalar em torno desta matéria, o parlamentar do PS considera fundamental acabar com a «dicotomia discriminatória» existente entre os regimes geral e especial, propondo a concepção de um único regime de caça. A criação de novas figuras de ordenamento, envolvendo directamente na gestão da caça as organizações de caçadores; a consagração do «direito à não caça»; na óptica de objectivo de consciência; a promoção do controlo da alcoolémia durante o exercício da caça e a reformulação do actual sistema de policiamento e fiscalização da actividade venatória, tendo em vista a sua maior eficácia, são alguns passos úteis e necessários na opinião do deputado António Dias e do GP/PS.

O projecto de lei de bases da caça proposta pelo Governo é também, no entender do deputado, «oportuna e equilibrada», uma vez que preconiza um necessário período de adaptação e de transformação para ordenar o País.

Segundo António Dias, em vésperas do século XXI parece já não fazer sentido uma discussão sobre a «propriedade da caça», nem uma polemização da sua prática.

«A discussão anual deverá ser sobre a melhor forma de, no próximo milénio, podermos continuar a caçar, de forma ordenada, de forma democrática e em pleno respeito pelas regras da natureza», concluiu.

MARY RODRIGUES

DEPUTADA NATALINA MOURA

Violença doméstica

A BASE DO ICEBERG...



Cerca de 81 por cento do universo de mulheres residentes nas cidades de Lisboa, Porto, Setúbal e Braga são vítimas de violência doméstica.

É com base neste quadro negro, revelado por um relatório do Ministério da Administração Interna recentemente divulgado, que a deputada do GP/PS Natalina Moura decidiu saudar o «gesto» governamental de uma lei que visa o combate eficaz aos maus tratos de que são alvo as cidadãs de Portugal.

Natalina Moura falava na sessão parlamentar do dia 5 em que se tentou conciliar a proposta do Executivo socialista com a legislação de 1991, actualmente em vigor, e que por força do seu actual artigo 3º n.º2 impossibilita a indemnização da vítima quando esta for membro do agregado familiar do agressor ou pessoa que com ele coabite, salvo «circunstâncias especiais».

A medida legislativa do Executivo PS é tanto mais significativa num fim de milénio em que o problema da violência doméstica apenas revelou a ponta do iceberg, convidando a uma reflexão profunda sobre o percurso feito nesta matéria.

«Não é todos os dias que a valorização social se fortalece e enobrecer», reconheceu a parlamentar socialista, acrescentando que «o gesto (do Governo), que aqui toma forma de lei, é motivo de orgulho para todas e todos aqueles que não apagaram, nem apagam, do seu ideário a ajuda humanitária que a todo o ser humano é devida».

Definindo a questão da violência doméstica como «abrangente, complexa e

multifacetada, Natalina Moura referiu as três facetas da problemática – a cultural, a legislativa e a que se prende com a aplicação da lei – detendo-se nas duas últimas, sem esquecer a primeira.

«O edifício legislativo que antecedeu e serve de suporte à presente proposta mostrou-se insuficientes, nomeadamente no que respeita ao apoio que deve ser dispensado às vítimas quer sejam do sexo feminino quer sejam do sexo masculino», defendeu.

Refira-se que a medida legislativa avançada pelo Executivo reconhece e consagra o direito de reposição efectiva por parte das mulheres vítimas de maus tratos, reforçando-o e complementando-o com uma outra iniciativa legal que aprova o regime aplicável ao adiantamento por parte do Estado das indemnizações devidas à vítima de violência conjugal.

«Cumpre-se, assim, o previsto no Programa do Governo para esta área como um dos itens do plano global para a igualdade de oportunidades», frisou, satisfeita, a deputada.

Ao terminar a sua intervenção a deputada do GP/PS referiu-se aos chamados «contratos de proximidade – violência doméstica», que começaram a ser celebrados por este Governo, como sendo, a par de outras medidas, «respostas que ajudam a enfrentar o problema que, na sua verdadeira dimensão, seguramente transcendendo o número de casos registados».

Destaque-se que a violência contra as mulheres, no País, passa por várias vertentes, que vão da prostituição ao assédio sexual e violação, passando pelos maus tratos físicos e psicológicos até chegar ao homicídio.

MARY RODRIGUES

PORTUGAL ELEITO

Portugal foi eleito, no passado dia 6, para integrar a Comissão dos Direitos Humanos da ONU, com mandato de três anos, a partir de 1 de Janeiro de 2000, revelou fonte da Organização das Nações Unidas.

Eleito pelo Conselho Económico e Social da ONU (ECOSOC), reunido em Nova Iorque, o nosso país ultrapassou a Espanha em número de votos, ao ser escolhido por 43 votos a favor, face a 45 votos para a Itália e 44 para a Alemanha.

Excluída ficou a Turquia do bloco dos membros do Grupo dos Países Ocidentais eleitos para a Comissão dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas.

Eleitos na passada quinta-feira para a CDH da ONU foram também quatro países da África, três da Ásia, um da Europa de Leste, e três da América Latina e Caraíbas.

Fonte do Ministério dos Negócios Estrangeiros disse à Comunicação Social que a eleição de Portugal «é tanto mais significativa quando Lisboa não está representada no grupo de 53 Estados com assento naquele conselho (eleitos em Assembleia Geral da ONU)». «A eleição tornou-se assim mais difícil já que no ECOSOC a votação para os respectivos órgãos subsidiários (como é o caso da CDH) é feita em circuito fechado, ou seja, apenas entre os seus membros», acrescentou, acrescentando que «a eleição reflecte também o apre-

ço com que a grande maioria dos Estados em geral e do ECOSOC em particular encara o papel de Portugal em matéria de defesa e respeito dos Direitos Humanos no quadro das Nações Unidas».

O CDH, com sede em Genebra, é responsável pela verificação e aplicação das convenções da ONU em matéria de direitos, liberdades e garantias, direitos sociais, estatuto da mulher, protecção das minorias, discriminação (com base em raça, sexo, língua e religião) e, de um modo geral, todas as questões ligadas aos Direitos Humanos.

É em sede da CDH, cujas sessões anuais decorrem em regra entre Março e Abril, que as Nações Unidas têm acompanhado a situação dos Direitos Humanos em alguns territórios e ou Estados, designadamente Timor-Leste, Indonésia, Irão, Iraque, Cuba e Sérvia/Montenegro (República Federal da Jugoslávia).

A importância da eleição prende-se também com a possibilidade que Portugal tem de acumular (em 2000) a presidência da União Europeia com um lugar de pleno direito na CDH, o que lhe permitirá desenvolver no quadro daquela comissão toda a política (agenda) da União Europeia em matéria de Direitos Humanos no mundo.

Também no dia 6, Portugal foi eleito para a Comissão dos Narcóticos da ONU, por aclamação, com mandato de quatro anos a par-

tir de 1 de Janeiro de 2000. Esta comissão tem 33 membros.

O nosso país foi candidato a integrar outras estruturas da ONU, para que continuaram a decorrer eleições na sede da ONU, em Nova Iorque.

Destaque-se ainda que a CDH da ONU foi criada pelo ECOSOC em 1946 com o objectivo de preparar recomendações e relatórios sobre a aplicação dos direitos fundamentais dos cidadãos, bem como zelar pelo seu cumprimento.

A CDH da ONU reúne-se em sessão plenária uma vez por ano em Genebra. Terminou em Abril último a sua 55ª sessão anual.

Originalmente constituída por 18 países membros, evoluiu para 21, depois para 32, posteriormente para 43 e tem, actualmente 53. Os 53 países membros são garantidos pela África (15), Ásia (12), Europa de Leste (5), América Latina e Caraíbas (11), Europa Ocidental (10) e outros estados (10).

Portugal foi já membro da CDH da ONU entre 1979 e 1981 e entre 1988 e 1993.

O primeiro chefe da representação portuguesa à CDH da ONU foi Ângelo Almeida Ribeiro.

Actualmente o País tem estatuto de observador junto do CDH e está representado pelo embaixador Gonçalo Santa Clara Gomes.

«WORKSHOP» EUROPEU

Elisa Damião defende

REFORÇO DA PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES NO CAPITAL DAS EMPRESAS

A eurodeputada socialista Elisa Damião continua apostada na defesa da Europa social, uma Europa que deve ser aprofundada com o reforço dos direitos dos trabalhadores, nomeadamente a sua participação no capital das empresas, de que eles são parte fundamental e integrante, e não meros colaboradores como a ideologia dominante neoliberal gosta de se lhes referir.

Recentemente, no decurso do primeiro «workshop» europeu sobre a participação dos trabalhadores no capital das empresas, a eurodeputada socialista Elisa Damião lembrou que as recomendações sobre a promoção da

participação dos trabalhadores no capital das empresas, adoptadas pelo Conselho da União Europeia em 1992, não registaram praticamente nenhuns progressos nestes anos.

Segundo afirmou Elisa Damião, há três tipos de razão para que isso se aconteça na Europa: não se verificou uma alteração substancial nas políticas governamentais sobre o assunto, a maioria dos Estados-membros não produziu legislação para reforçar os privilégios da detenção de capital pelos trabalhadores e os Estados-membros não trocaram informação relativa às melhores práticas neste domínio.

UNIÃO EUROPEIA

Timor-Leste

QUINZE DISPOSTOS A INVESTIR QUATRO MILHÕES DE CONTOS

A União Europeia está disposta a investir em Timor-Leste, nos próximos cinco anos, um montante superior a quatro milhões de contos, anunciou no dia 7 o comissário europeu do pelouro, Manuel Marin.

O comissário responsável pelas relações entre a UE e os países asiáticos em vias de desenvolvimento falava num encontro com jornalistas, em Bruxelas, no dia em que a Comissão Europeia oficializou, a pedido do Conselho de Ministros dos Quinze, uma decisão sobre assistência a Timor-Leste.

A decisão prende-se com a atribuição de um milhão de euros (200 mil contos) do orçamento comunitário ao fundo especial («Fund Trust») das Nações Unidas destinado à preparação, realização e monitorização internacional do referendo sobre o estatuto do território timorense, previsto para 8 de Agosto.

O colégio de comissários adopta a decisão por «procedimento escrito de urgência», sem debate prévio.

O comissário Manuel Marin já instruiu os seus serviços para prepararem um inédito programa integrado de cooperação plurianual (em princípio para cinco anos) destinado ao desenvolvimento económico e social de Timor-Leste - no valor de 15 a 20 milhões de euros (entre três e quatro milhões de contos) - estimou. O lançamento e os contornos finais do programa dependem, no entanto, dos resultados do referendo de Agosto.

Em princípio, o primeiro passo para o programa integrado de cooperação será dado com o envio a Timor-Leste, em Setembro, de uma missão europeia encarregada de identificar as principais necessidades da população no terreno, referiu.

Em ambos os casos - contributo europeu para o «Fund Trust» e programa integrado de cooperação - a UE condiciona as ajudas ao respeito do Acordo Portugal-Indonésia assinado na semana passada em Nova Iorque, salientou o comissário.

Sobretudo, a União Europeia quer garantias do Governo indonésio de que o povo timorense poderá exprimir-se livremente, em condições de segurança, e de que a acção das milícias timorenses pró-integracionistas será neutralizada, precisou Manuel Marin.

Acrescentou que existe um novo compromisso do organismo humanitário da UE - ECHO - no sentido de providenciar mais ajuda (assistência sanitária e médica) a Timor-Leste, em função das necessidades locais, as quais serão avaliadas, uma vez mais, pelas organizações não governamentais presentes no terreno.

O comissário recordou que, nos últimos dois anos, a UE já destinara dois milhões de euros (400 mil contos) a projectos de saneamento básico, de educação e saúde no território, cuja execução, reconhece, foi «muito prejudicada pela insegurança» no território.

COMISSÃO EUROPEIA

Presidência

PE CONFIRMA ROMANO PRODI

O Parlamento Europeu (PE) confirmou no dia 5 de Maio que aceita a designação de Romano Prodi para a presidência do órgão executivo da UE, abrindo caminho à escolha e distribuição de competências dos restantes comissários europeus.

Numa votação realizada no plenário em Estrasburgo, o PE aprovou por 392 votos a favor, 72 contra e 41 abstenções a personalidade escolhida, em finais de Março, pelos líderes da União Europeia para chefiar a nova Comissão, a qual deverá entrar em funções no fim de Setembro.

A luz verde do Parlamento viabiliza a continuação do processo de formação da equipa que substituirá o colégio de comissários demissionários, desde há dois meses, na sequência do escândalo causado por um relatório de peritos independentes.

No relatório, os peritos concluíram que a Comissão Europeia pautava a sua acção por uma desresponsabilização interna generalizada, acusando alguns dos seus membros

de actos de má gestão, nepotismo e outras irregularidades.

Nos termos do Tratado de Amesterdão, em vigor desde 1 de Maio, a composição e a partilha dos pelouros da Comissão Europeia são decididas em conjunto pelo presidente da instituição e pelos governos dos Quinze.

O processo deverá estar concluído antes de 20 de Julho, altura em que o novo Parlamento - a eleger a 13 de Junho - terá a sua sessão constitutiva no início de uma nova legislatura.

Os nomes dos novos comissários europeus, que já foram objecto de conversações entre os governos nacionais e o presidente indigitado Romano Prodi, só serão anunciados após as eleições europeias.

Depois de efectuar audições individuais à nova equipa de comissários - previstas para começar a 30 de Agosto - um novo PE é chamado a legitimar uma nova Comissão, presidente incluído, procedendo à investidura do órgão colegial em meados de Setembro.

PAIXÃO CONSUMADA

Uma das prioridades estratégicas do Programa de Governo socialista foi já alcançada. O ideal de desenvolvimento e expansão da educação pré-escolar enquanto pedra basilar para a melhoria da qualidade do ensino e para a efectiva promoção da igualdade de oportunidades entre os cidadãos ganhou, na semana passada, mais um trunfo: uma rede nacional de educação.

O primeiro-ministro, António Guterres, apresentou publicamente, no passado dia 5, a Rede Nacional de Educação Pré-Escolar, um empreendimento que reúne pela primeira vez, em parceria, o Estado, o ensino particular e cooperativo e as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), foi apresentada pelo primeiro-ministro. A apresentação decorreu durante a visita que Guterres efectuou a dois jardins de infância na região de Lisboa – Jardim-de-Infância da Escola Luís Madureira e Jardim-de-Infância de Telheiras -, na qual foi acompanhado pelo ministro da Educação, Marçal Grilo. Presentes estiveram, igualmente, o secretário



de Estado da Administração Educativa, Guilherme d'Oliveira Martins, e a secretária de Estado da Educação e Inovação, Ana Benavente. Com vista à concretização da prioridade estratégica que é a Educação, o Executivo socialista definiu como meta para a presente legislatura o aumento da frequência da educação pré-escolar em 20 por cento. Neste objectivo fundou-se a agora materializada Rede Nacional de Educação Pré-Escolar, mobilizando e comprometendo vários par-

ceiros sociais de forma inédita. A Rede Nacional define-se pela oferta de um serviço educativo de qualidade, sendo complementado pela prestação de serviços de apoio à família, tendo em conta a medida das suas necessidades efectivas. Apointando para um processo gradual e sustentado de criação da Rede, foram celebrados, em 1997 e 1998, uma série de protocolos com as Mutualidades, Instituições Particulares de Solidariedade Social, Misericórdias, com a Associação Nacional de Municípios, entre outras instituições, foram também oficializados acordos de cooperação, bem como contratos de desenvolvimento, na modalidade de apoios aos agregados familiares, com o estabelecimento de ensino particular e cooperativo. Na sequência destas iniciativas, a Rede Nacional de Educação Pré-Escolar integra, no presente ano lectivo, perto de seis mil jardins-de-infância, 65 por cento dos quais correspondem a uma rede pública, enquanto os 35 por cento restantes derivam da iniciativa dos sectores particular, cooperativo e solidário. Destaque-se que no ano lectivo de 1994/95 o número de crianças em educação pré-escolar ascendia às 172 582. No presente período curricular regista-se um aumento deste valor

para 204 074 alunos, sendo que a esta variação correspondeu a dilatação da cobertura da rede para 31 492 crianças, um crescimento na ordem dos 18,2 por cento. A recente apresentação pública da Rede Nacional integra os estabelecimentos que se encontram actualmente sob a tutela pedagógica do Ministério da Educação, nomeadamente, a rede pública – constituída pelos estabelecimentos de ensino pré-escolar criados e a funcionar na directa dependência da administração pública central e local -, a rede privada – composta por estabelecimentos particulares e cooperativos de educação pré-escolar -, e a rede privada – formada pelas escolas de pré-escolar que funcionam em instituições particulares de solidariedade social e em entidades sem fins lucrativos. Para dar visibilidade nacional, ano a ano, ao esforço conjugado das múltiplas iniciativas do Estado e dos parceiros sociais com vista à prestação de um mesmo serviço de qualidade e na prossecução rápida do objectivo de expansão, será publicada anualmente uma portaria conjunta dos Ministérios das Finanças, Equipamento, Educação e do Trabalho e solidariedade onde constará o desenvolvimento da Rede Nacional de Educação Pré-Escolar.

MARY RODRIGUES

INTERNET COM APLICAÇÃO PEDAGÓGICA

Formar professores em temas como a cidadania ou a solidariedade com grupos desfavorecidos, entre outros, é o objectivo central da iniciativa Netdays 99 da União Europeia, a que o Ministério da Educação está associado, foi recentemente anunciado.

A Internet como modo criativo de aprender e ensinar é uma das ideias contidas na iniciativa Netdays'99, na qual os participantes podem demonstrar o que pode fazer-se com meios interactivos em matéria de educação, formação e cultura. Entre 13 e 21 de Novembro todas as organiza-

ções que quiserem podem integrar-se em mais esta iniciativa no âmbito das tecnologias de informação e comunicação em que o Ministério da Educação/Programa Nónio Século XXI está envolvido.

O Netdays é a mais vasta iniciativa à escala mundial visando promover a utilização da Internet no ensino e na aprendizagem. Foi lançada pela primeira vez em 1997 pela Comissão Europeia. O último Netdays Europe'98 envolveu cinco mil projectos e actividades em que participaram cerca de 35 mil organizações, tendo entusiasmado a comunidade educativa, entidades públicas e empresas privadas.

Entre os participantes contaram-se escolas, museus, centros de juventude, centros culturais, centros de formação e hospitais.

As actividades proporcionaram a oportunidade de trabalhar com novos conteúdos pedagógicos e estabelecer intercâmbios entre escolas, alargando os ambientes de aprendizagem.

Este ano o enfoque será na formação de professores, tendo sido eleitos os temas da cidadania, solidariedade com grupos desfavorecidos, ciências, artes, ambiente, emprego/desemprego, identidade cultural e diversidade europeia.

Tudo isto no quadro da Schoolnet (European Schoolnet - EUN), um projecto europeu de constituição da rede das redes de escolas europeias que vem sendo desenvolvido por um consórcio constituído por representantes de 18 ministros da Educação dos diferentes Estados-membros e que tenta desenvolver parcerias abrangendo responsáveis da administração escolar, redes de escolas, instituições de formação inicial de professores, escolas e parcei-

ros industriais envolvidos na aplicação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

São objectivos gerais do projecto estabelecer uma rede informativa europeia - European Schoolnet - como uma plataforma e como ferramenta multimédia de comunicação que promova a colaboração entre escolas europeias, a qualidade dos serviços de informação com conteúdos pedagógicos que representem valor acrescido europeu e a cooperação, a nível europeu, entre autoridades educativas.

Ainda no âmbito da Schoolnet está a ser desenvolvido o programa ENIS (European Network of Innovative Schools) que visa criar uma rede de escolas inovadoras representativas de projectos piloto na Europa e experimentar um modelo de organização das escolas que suporte uma estratégia de integração das TIC nas escolas europeias.

Esta rede deverá integrar cerca de meio milhão de escolas europeias que utilizem as ferramentas TIC no seu quotidiano, ao nível de infra-estruturas técnicas e conectividade, metodologias pedagógicas e organizacionais e competências e conhecimentos dos alunos.

Os Netdays '98 contaram com 120 projectos de Portugal inscritos após a avaliação de 800 candidaturas. Estiveram envolvidos 4 925 professores portugueses e 13 283 alunos nas cerca de 90 actividades desencadeadas. Os centros de competência Nónio dinamizaram o processo.

O programa Nónio-Século XXI destina-se à produção, aplicação e utilização generalizada das tecnologias de informação e comunicação no sistema educativo.

«BOA ESPERANÇA/BOAS PRÁTICAS»

O Programa «Boa Esperança/Boas Práticas», que visa apoiar a divulgação, disseminação e auto-avaliação de projectos educativos de qualidade, foi apresentado, no dia 5, no Porto, com o anúncio das propostas seleccionadas para a região Norte.

De acordo com o director regional da Direcção Regional de Educação do Norte (DREN), Jorge Martins, os sete projectos que foram convidados a integrar o programa na região Norte são exemplo de «uma diversidade de práticas de qualidade em diferentes contextos educativos, com história e ciclos de vida diversos».

Os projectos inserem-se em dois domínios de incidência do «Boa Esperança»: a promoção da qualidade das aprendizagens para todos e a promoção da qualidade do funcionamento organizacional e da vida da escola.

No âmbito da promoção da qualidade da aprendizagem para todos, enquadram-se cin-

co projectos em escolas que vão desde o 1º ciclo do ensino básico até ao ensino secundário, e que assumem objectivos curriculares mais globais ou mais específicos.

Foram seleccionados os projectos «Laboratórios de Matemática», «Eu Sou Mais Eu», «Desporto Escolar», «Inglês para fins específicos», e «Projecto Vida Activa».

No domínio da promoção da qualidade do funcionamento organizacional e da vida da escola foram escolhidos os projectos «Divulgar para aprender» e «Fazer a Ponte».

Reconhecendo a existência de «bolsas de riqueza pedagógica» nas escolas, o Programa «Boa Esperança/Boas Práticas» procura, em conjunto com os professores, escolas e outros parceiros, estudar e divulgar práticas bem sucedidas e produzir conhecimento útil aos vários intervenientes no processo educativo como forma de inspirar outras práticas em diferentes contextos.

MAGNA CARTA DA DESCENTRALIZAÇÃO CULTURAL

O ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho, vai propor à Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), uma «magna carta da descentralização cultural», que consagre os princípios da subsidiariedade, da parceria e da cumplicidade estratégica entre o poder central e o local.

A proposta resulta de reflexões feitas na primeira Convenção Cultural Autárquica que reuniu recentemente em Aveiro municípios de todo o País, e em cujo encerramento Manuel Maria Carrilho anunciou a intenção de abrir novas delegações do Ministério e de reformar as existentes no Verão.

«Há uma necessidade cada vez mais sentida de mais delegações e há problemas de eficácia porque não estão bem distribuídas», disse o ministro, observando que Lisboa e Vale do Tejo não tem sequer delegação.

O governante fez um balanço «muito optimista» da Convenção, enaltecendo o esforço dos municípios que investiram mais na cultura, mas salientando que também o Ministério aumentou o seu orçamento e o descentralizou.

«Para lá do que será definido em Lei da competências e financiamentos a aprovar pela Assembleia, há muita coisa em que se pode ir progredindo e irei propor à ANMP os princípios da magna carta que visa garantir a subsidiariedade, parceria e cumplicidade estratégica», anunciou.

São princípios a assumir nesse documento a contratualização com os municípios, a articulação com as Comissões de Coordenação Regional (CCR) e da gestão integrada do património.

Manuel Maria Carrilho fez também um balanço da evolução da política cultural, refe-



relançamento da rede de leitura pública, a recuperação de teatros e cinemas, e a organização de uma rede nacional de museus.

«As sessões de trabalho que decorreram durante este ano e meio, os encontros e trocas de impressões, a análise dos projectos, são uma herança preciosa para os próximos tempos», declarou Manuel Maria Carrilho. Lembrou que desde que se iniciou o programa Raízes anunciou que gostaria de realizar a Convenção e que fosse anual. O ministro referiu o relançamento da rede de leitura pública, «passando de um ritmo que levaria a que estivesse pronta daqui a 30 anos, para um prazo curto que o País exige e terá o seu último concurso em 2003, para que nessa altura todos os municípios tenham a sua biblioteca municipal».

O problema dos teatros e cine-teatros foi também alvo de uma estratégia clara com as câmaras, segundo Carrilho, que lamentou em relação ao património que o Parlamento tivesse inviabilizado a lei proposta.

«A Lei 13/85 está em grande parte inútil e previam-se vários incentivos para os imó-

veis classificados e que seriam a contrapartida justa para quem preserva o seu património», referiu, considerando que o que foi apresentado ao Parlamento, do ponto de vista fiscal, era uma lei ousada e inovadora.

«Em articulação com os municípios estamos a trabalhar no domínio dos museus», notou, esperando em Outubro ser possível clarificar o apoio técnico nessa área.

O ministro citou as bibliotecas como exemplo de rede nacional que se pode fazer: «Conseguimos recuar dois anos, pois era até 2005 que se apontava para o lançamento de todos os concursos para a instalação das bibliotecas, o que será feito até 2003 e deve inspirar as redes dos teatros, dos arquivos, dos museus».

«Os arquivos distritais estão a lançar os últimos projectos e estamos a trabalhar com os municípios nos arquivos municipais e no programa dos cine-teatros, teatros e espaços culturais. Vamos concluir a rede nacional distrital até 2001, excepção feita a Bragança», acentuou, referindo que «um País com 12 de 18 capitais de distrito sem cine-teatro é um País que está num padrão de subdesenvolvimento».

O ministro classificou de fundamental o consenso com as autarquias para resolver essas questões, aproveitando o próximo Quadro Comunitário de Apoio (QCA), considerando razoável reivindicar que as verbas para a Cultura tripliquem.

Ações conjuntas com autarquias

Manuel Maria Carrilho fez referência a acções conjuntas com as autarquias, como o

Rede nacional de museus

«O património é um eixo forte da política de cultura mas também o lançamento de rede de equipamentos: pela primeira vez está a procurar-se organizar uma rede nacional de museus, pois há centenas no País e esse impulso museológico precisa de ser ordenado e também articulado financeiramente», disse.

O ministro da Cultura fez igualmente referência às possibilidades de criação de emprego na cultura, que garante já três por cento dos postos de trabalho e apresenta «um elevado potencial de crescimento».

«Temos de apostar nas vertentes de um Portugal mais equilibrado, mais culto e mais criativo», concluiu Manuel Maria Carrilho, afirmando esperar que da troca de ideias se possa vir a extrair um conjunto de princípios coordenadores da colaboração entre o Estado central e o poder autárquico, a «magna carta da descentralização».

O ministro da Cultura lamentou o apelo feito pela Associação dos Autarcas Social-Democratas (afecta ao PSD) para não participarem na Convenção Cultural de Aveiro, que registou 148 presenças de vários municípios do País e de diferentes partidos.

«Só tenho pena. A presença de tantos autarcas do PSD que estão aqui demonstra que compreendem que o que está em causa é a afirmação da dimensão cultural do País», disse.

EQUILÍBRIO NO DESENVOLVIMENTO

Oito anos será o tempo necessário e suficiente para cobrir todo o País com uma rede municipal de teatros e cine-teatros. A informação foi avançada, no dia 5, pelo ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho.

Falando em Aveiro onde assinou um acordo de recuperação do Teatro Aveirense, o ministro disse que a rede nacional já está a avançar em todas as capitais de distrito, com excepção de Bragança.

Ao todo serão 20 teatros, entre casas de espectáculos recuperadas e construídas de novo, que beneficiarão do programa traçado pelo Ministério da Cultura e que suporta 50 por cento dos custos e é patrocinado pela Tabaqueira em 1,5 milhões de contos, num investimento global de 6,5 milhões de contos.

Além de Aveiro, integram a rede nacional de teatros e cine-teatros Beja, Braga, Castelo Branco, Coimbra, Faro, Guarda, Leiria, Portalegre, Santarém, Viana do Castelo e Vila Real.

A rede municipal de espaços culturais contempla a construção de salas em Almada, Figueira da Foz e Guimarães e recuperações em Lamego, Mértola, Montijo, Sintra e Vila do Conde, durante os próximos três anos.

Ao comprometer o seu ministério em 200 mil contos nas obras de recuperação do Teatro Aveirense, Manuel Maria Carrilho salientou que «o sucesso do programa decorre da compreensão cinérgica entre o poder local e o poder central, sendo necessário apostar nos equipamentos para que o desenvolvimento possa ter as componentes da criatividade e da cultura».

«Se não houver teatros, cinemas e bibliotecas, não podemos apostar na oferta, onde reside a inovação, e estes equipamentos terão de se articular com o apoio à criação dos grupos», disse o governante.

O ministro elogiou a Tabaqueira pelo exemplo dado no apoio mecenático e vincou a importância da cultura no desenvolvimento do País, com potencialidades também no domínio da criação de emprego.

Afirmando-se militante do equilíbrio no desenvolvimento que integra a cultura como uma das componentes fundamentais, Manuel Maria Carrilho distanciou-se de «concepções gradualistas do desenvolvimento em que a cultura vem no fim ou é esquecida» e que estão na origem da carência de equipamentos.

O Teatro Aveirense foi adquirido em 1998 pelo

município, contando então com uma comparticipação do Ministério da Cultura de 165 mil contos, e o projecto de recuperação deverá estar pronto em Julho, incidindo no palco, camarins, armazéns e equipamento técnico, numa primeira fase.

Segundo o presidente da Câmara, Alberto Souto de Miranda, o esforço financeiro vai permitir que se «deixe de ser província em termos culturais, possibilitando a itinerância de bons espectáculos, e vai cativar melhor os públicos».

O autarca socialista afirmou o reconhecimento de Aveiro ao ministro da Cultura pela sensibilidade demonstrada para com a recuperação do Teatro Aveirense e fez-lhe entrega de um livro «inacabado», com a história da centenária casa de espectáculos, «a que será acrescentado o capítulo das obras de reabilitação».

NOVO ATERRO PARA 14 CONCELHOS

O aterro sanitário da Carregueira (Chamusca), que serve dez municípios do distrito de Santarém, entrou em funcionamento no dia 6, passando a acolher 210 toneladas de lixo diariamente. A inauguração oficial do aterro decorrerá amanhã, durante as festas da Semana da Ascensão da Chamusca, com a presença da ministra do Ambiente, Elisa Ferreira.

Com a entrada em funcionamento do aterro da Carregueira, 14 dos 21 concelhos do distrito passam a depositar os seus resíduos sólidos num aterro sanitário, abrindo caminho ao encerramento das respectivas lixeiras.

Esta estrutura servirá sete concelhos pertencentes à Associação de Municípios do Médio Tejo - Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha -, que iniciaram o processo há cerca de um ano, e três da Associação de Municípios da Lezíria do Tejo - Chamusca, Golegã e Santarém -, que entretanto aderiram ao sistema.

A adesão de Santarém, a indecisão do Cartaxo (que acabou por optar pelo aterro da Resiurb, actualmente em construção, no concelho de Almeirim) e a construção de uma estação de tratamento de águas lixiviadas originaram algum atraso no arranque da estrutura, cuja conclusão foi inicialmente prevista para o fim do ano passado.

Inicialmente previu-se que Santarém, Cartaxo e Rio Maior viessem a ser servidos por um aterro sanitário próprio, mas divergências quanto à sua localização acabaram por inviabilizar essa situação.



Rio Maior acabou por aderir ao aterro sanitário do Oeste, Santarém ao da Resitejo e Cartaxo ao da Resiurb, que se localizará na Raposa (Almeirim), servindo seis concelhos da Lezíria do Tejo - Almeirim, Alpiarça, Benavente, Cartaxo, Coruche e Salvaterra de Magos.

Um outro aterro, situado no concelho de Abrantes, entrou já em funcionamento na zona Norte do distrito, servindo os municípios de Abrantes, Mação, Sardoal e Gavião. Ourrém optou pelo aterro de Leiria. Com a entrada em funcionamento do aterro da Resitejo, inicia-se o processo de encerramento de dez lixeiras. Numa segunda fase serão encerradas mais quatro, disse Luís Azevedo à Lusa.

O aterro sanitário da Resitejo inclui ainda uma série de infra-estruturas complementares, que entraram igualmente em funcionamento na passada quinta-feira.

No aterro funcionará uma estação de tratamento de águas lixiviadas, além de terem sido construídas três Unidades de Transferência (Santarém, Tomar e Torres Novas), onde o lixo é compactado antes de seguir para o aterro, e vários Centros de Transferência Municipais (nomeadamente em Alcanena, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Golegã e Vila Nova da Barquinha), de onde o lixo segue em contentores até às Unidades de Transferência.

Para além disso, existirão Ecocentros, para

recolha e selecção de lixos aproveitáveis como vidro, papel, embalagens (numa segunda fase), «monstros» domésticos e entulhos, nos concelhos de Alcanena, Tomar, Torres Novas, Chamusca, Santarém e um que servirá a Golegã, o Entroncamento e a Barquinha.

A recolha para os Ecocentros é feita pelas Câmaras Municipais, estando contudo abertos gratuitamente a qualquer cidadão. Os lixos aí depositados constituirão uma fonte de receita para a empresa gestora do sistema.

Por outro lado, em cada concelho serão instalados, até ao fim do mês, uma série de Ecopontos - um conjunto de contentores para recolha de vidro, papel e pilhas -, na proporção de um por cada 900 habitantes, à excepção dos vidros que serão um por cada 500 habitantes.

Em Santarém, a colocação dos Ecopontos só se iniciará em Junho.

O investimento do aterro e das estruturas complementares orçou os dois milhões de contos, estando o preço por tonelada de lixo a depositar por cada município a ser estudado. O preço-base estabelecido é de 3 750 escudos por tonelada, mas, segundo o presidente do Conselho de Administração da Resitejo, um estudo económico está a avaliar os investimentos feitos em cada município e os custos que cada um suportará com as distâncias para se decidir se todos terão de pagar o mesmo por tonelada.

O aterro abrange uma área de 8 hectares, e tem uma duração prevista de dez anos (cerca de um milhão de toneladas de lixo), tendo já sido adquirido terreno para uma segunda célula.

MAIS INVESTIMENTO E GESTÃO MELHORADA

O Instituto Nacional de Estatística (INE) anunciou, no dia 7, que a Segurança Social gastou aproximadamente 1 493,96 milhões de contos em prestações e acção social em 1997 para um universo de 5,5 milhões de pessoas.

O INE adianta que entre 1990 e 1997 as receitas da Segurança Social cresceram a uma taxa média anual de 10,6 por cento, tendo passado de 1 006,42 milhões de contos em 1990, para 2 033,36 milhões em 1997.

Na análise sobre «Receitas, Despesas e Beneficiários da Segurança Social 1990/97», elaborada pelo INE, sustenta-se que nestes sete anos a estrutura de financiamento dos regimes de Segurança Social tem permanecido aproximadamente constante, sendo as quotizações da entidade

patronal a sua principal fonte de receitas com 43 por cento do total em 1997, seguindo-se as quotizações da pessoa protegida (25 por cento), as contribuições públicas (22 por cento) e as transferências e outras receitas (10 por cento).

Por outro lado, as despesas da Segurança Social, no período em análise, registaram um crescimento médio de 10,2 por cento. Em 1997, a Segurança Social despendeu 1 986,97 milhões de contos, mais 982,465 milhões que em 1990.

Das prestações concedidas pela Segurança Social destacam-se os montantes pagos sob a forma de pensões (em 1997, a Segurança Social desembolsou 1 034,38 milhões de contos), no pagamento de pensões de velhice, invalidez e sobrevivência (cerca de 69 por cento do montante total de prestações e acção social), os subsidi-

os de desemprego e social de desemprego (134,63 milhões de contos), o subsídio de doença (91,48 milhões de contos) e o abono de família/subsídio familiar (71,35 milhões de contos).

Em termos de acção social, salienta-se a área da família na qual foram investidos cerca de 16,996 milhões de contos em 1997, nomeadamente em actividades de tempos livres, funcionamento da actividade de amas, subsídio a famílias de acolhimento, nomeadamente apoio a situações de carência alimentar.

O INE refere ainda a introdução de duas novas prestações sociais, que entraram em vigor a partir de 1997: o subsídio familiar a crianças e jovens e o rendimento mínimo garantido - sistema criado no âmbito do combate à exclusão social - com 8,788 milhões de contos despendidos em 1997.

O facto das pensões de velhice, invalidez e sobrevivência constituírem as principais prestações concedidas pela Segurança Social, deve-se à existência de um elevado número de pensionistas.

Em 1997 existiam 2,415 milhões de pensionistas, o que traduz a estrutura etária da população portuguesa (envelhecimento) ao longo da década. Entre 1990 e 1997, o número de indivíduos com 65 e mais anos por cada cem pessoas com menos de 15 anos, passou de 63 para 89.

No período 1990/97, o número total de beneficiários activos teve uma evolução menos uniforme do que a dos pensionistas.

O número de beneficiários inscritos nos regimes de segurança social registou um aumento de 2,4 por cento entre 1970 e 1990.

JOVENS LUSO-DESCENDENTES DEVEM TRANSMITIR REALIDADE PORTUGUESA

Sob o lema «A mesma juventude noutra latitude», decorreu em Lisboa de 2 a 8 de Maio, a I Semana de Jovens Portugueses e Luso-descendentes, uma iniciativa das secretarias de Estado da Juventude e das Comunidades, que serviu para os jovens terem um melhor conhecimento da realidade portuguesa, bem diferente do país cinzento e subdesenvolvido que os seus pais conheceram, obrigando-os a procurar melhores condições de vida em vários cantos do mundo.

Um Portugal que já não é só conhecido no mundo pelo Benfca, Eusébio, Amália Rodrigues e Mário Soares, mas também pela sua modernidade, a vários níveis, pela sua democracia e pela capacidade de realização, como ficou demonstrado, por exemplo, com a Expo. Um país que começa a ser tomado como exemplo e a estar na moda.

Transmitir aos portugueses espalhados pelo mundo a realidade de Portugal e incentivar a manter a cultura lusa são as mensagens que os luso-descendentes presentes no encontro de jovens vão levar aos seus colegas emigrantes.

Alguns participantes na I Semana de Jovens Portugueses e Luso-descendentes manifestaram interesse por Portugal, mas lamentaram que o ensino da língua portuguesa não esteja integrado no sistema escolar dos países de acolhimento.

Leonardo Pires, o único representante do Uruguai no encontro de jovens luso-descendentes, afirmou ser esta a primeira vez que vem a Portugal e «não tem comparação com o país transmitido pelo seu pai», tendo notado que está mudado e inserido nos países de desenvolvimento.

O pai, que saiu de Viana do Castelo nos anos 60, transmitiu a Leonardo Pires um país «cinzento», sem condições de vida para sobreviver.

A generalidade dos jovens luso-descendentes presentes no encontro mundial, uma excelente e oportuna iniciativa das secretarias de Estado da Juventude e das Comunidades, foram peremptórios ao manifestarem o seu orgulho nas suas origens portuguesas e interessam-se, cada vez mais, por Portugal.

Para estes filhos de emigrantes, a I Semana de Jovens Portugueses e Luso-descendentes permitiu trocar experiências com pessoas que falam a mesma língua, conhecer Portugal, criar novas amizades e angariar ideias e projectos inovadores para as suas acções futuras.

Uma das participantes, Diana Pimentel, dos Estados Unidos, disse que este encontro contribuiu para modificar a sua imagem sobre Portugal, pois apenas via o fado, o folclore e não se apercebia dos aspectos sociais.

Novas tecnologias e Internet

Entretanto, a troca de experiências e o desenvolvimento de actividades em conjunto é o objectivo de uma página na Internet inaugurada, no dia 6, em Lisboa, que tem por base a I Semana de Jovens Portugueses e Luso-descendentes.

A página na Internet, que é igualmente um ponto de ligação e de encontro dos jovens das comunidades portuguesas, foi apresentada pelo presidente do Conselho Nacional da Juventude (CNJ), Pedro Dias, durante o debate sobre Novas Tecnologias de Informação.

Pedro Dias explicou que esta página (<http://www.fdti.pt/cnj/lusodescendentes/index.html>) pretende alargar os conhecimentos adquiridos no encontro e de manter as amizades estabelecidas.

Os jovens luso-descendentes têm assim oportunidade de estar em ligação com as comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo e com Portugal e a possibilidade de estar em permanente contacto, explicou o presidente do CNJ.

Adiantou que através desta página podem obter uma série de informações sobre Portugal, apoios, associações juvenis portuguesas e das comunidades, ensino superior em Portugal, cursos de Verão, trabalhos desenvolvidos pelas secretarias de Estado das Comunidades e da Juventude.

O programa, os objectivos e todas as informações que os luso-descendentes pretendam saber sobre o encontro mundial de jovens também é possível ver na página, acres-

centou.

Pedro Dias disse ainda que, além da própria página, haverá ainda um conjunto de recursos que permite aos jovens luso-descendentes manter conversas em tempo real e trocar e-mails. Esta página, que foi concebida para o Encontro Mundial de Jovens Luso-descendentes, tem como finalidade divulgar os apoios existentes em Portugal aplicáveis aos jovens portugueses residentes no estrangeiro. O secretário de Estado das Comunidades, que também esteve presente na apresentação da página, considerou importante que os jovens luso-descendentes mantenham «uma ligação em rede» para criarem «novos vínculos a Portugal».

«É necessário manter um quadro de ligação para que se mobilizem sinergias, disponibilidades, vontades e estímulos» nas novas gerações de portuguesas, salientou José Lello para realçar que «a presença das comunidades portuguesas está nas mãos dos jovens luso-descendentes», sendo eles que «no futuro vão manter a ligação a Portugal». Disse ainda que o associativismo na diáspora depende da juventude, já que os protagonistas das tradicionais associações começam a ficar cansados e ultrapassados pela vida e pelo tempo.

O secretário de Estado, que afirmou que esta página é «a referência dos luso-descendentes» sustentou que os jovens presentes no encontro devem ter a capacidade «de estimular» para mobilizarem todos os colegas das comunidades para serem mais activos e participarem no associativismo juvenil.

Esteve ainda presente neste debate Mário Franco, presidente da Fundação para a Divulgação das Tecnologias de Informação, que explicou aos jovens as potencialidades das tecnologias de informação associados à Internet para a dinamização de relações entre Portugal e as comunidades luso-descendentes.

Sampaio defende modernização das instituições

O Presidente da República, Jorge Sampaio, defendeu no passado dia 4 uma modernização das instituições nacionais espalhadas pelo mundo, como os gabinetes de leitura, que aprofunde a ligação às novas gerações de luso-descendentes.

Jorge Sampaio falava durante a recepção que ofereceu, no palácio de Belém, a mais de oito dezenas de jovens luso-descendentes de todo o mundo.

Presentes na cerimónia os secretários de estado da Juventude e das Comunidades, respectivamente, Miguel Fontes e José Lello.

«Existem todas as razões para ter orgulho nas raízes lusitanas», afirmou o chefe de Estado, lembrando a importância dos contactos entre universidades e outras entidades de âmbito nacional e científico.

PODER LOCAL É UMA DAS MAIORES CONQUISTAS DE ABRIL

O presidente da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE), o socialista José Rosa do Egpto, considerou que uma das mais importantes conquistas do 25 de Abril «foi o reconhecimento do valor das autarquias locais».

José Rosa do Egpto, que falava no dia 24 de Abril, nas Capelas, em Ponta Delgada, na abertura do I Encontro Nacional de Freguesias Homónimas, referiu que o poder que derivou da Revolução dos Cravos assumiu as câmaras municipais «como parceiras do desenvolvimento» do País. Segundo sublinhou, as juntas de fregue-

sia constituem os «postos mais avançados da actividade política», situação que leva a que sejam «os primeiros a detectar os sintomas e a indicar as receitas para as deficiências do serviço público».

Com escassos recursos materiais e humanos as autarquias locais souberam fazer obra, «constituindo-se como um apoio seguro às populações», sustentou.

Juntas de freguesia contra estatuto de menoridade

Para Rosa do Egpto, só recentemente é

que os diversos níveis de poder começaram a ouvir os «gritos» dos representantes das freguesias contra o respectivo «estatuto de menoridade».

Defendeu, ainda, mais meios técnicos e financeiros para as autarquias locais, como forma de dar seguimento às consagrações constitucionais de que foram alvo.

Se esse reforço de meios não acontecer, gera-se uma «hipocrisia política», que resultará no adiamento efectivo da resolução dos problemas das populações, considerou.

O presidente da Câmara Municipal de Pon-

ta Delgada salientou o papel dos presidentes de junta, pessoas que, «de modo desinteressado, estão disponíveis 24 horas por dia» para servir a respectiva população.

Manuel Arruda defendeu, também, um reforço de meios para o poder local, «cada vez mais actuante» na resposta aos anseios do povo.

A iniciativa, promovida pela Câmara de Ponta Delgada integrada nas comemorações dos 500 anos do concelho, reuniu um total de 48 freguesias portuguesas com designações idênticas.



Albufeira

Câmara melhora abastecimento de água

A Câmara de Albufeira continua apostada em melhorar o abastecimento de água ao concelho.



Assim, a autarquia vai adquirir dois terrenos com vista à implantação dos Reservatórios dos Matos (Paderne) e do Pinhal (Falésia).

Os terrenos têm uma área total de aproximadamente sete mil metros quadrados.

Amarante

Contos infantis na biblioteca

No âmbito do protocolo celebrado com a Câmara de Amarante, a Filandorra-Teatro do Nordeste desenvolveu de 3 a 7 de Maio, na Sala de Animação da Biblioteca Municipal de Amarante, a iniciativa «Quem conta um conto... acrescenta um ponto».



Trata-se de um projecto de animação do livro e da leitura, que visa, entre outros objectivos, estimular a descoberta do gosto pelos livros, despertar a sensibilidade das crianças, seduzindo-as pela leitura animada de um conto e motivar para a leitura, formando futuros leitores.

Cascais

Centros de dia para idosos subsidiados

A Câmara Municipal de Cascais deliberou atribuir um conjunto de subsídios no valor de 8 400 contos para apoiar a actividade dos centros de dia e de convívio de pessoas idosas a funcionar na área do município.

Com os subsídios agora concedidos, serão apoiadas mais de quatro centenas de

pessoas idosas nos centros de convívio para idosos existentes nas colectividades locais.

Fafe

Câmara apoia Academia de Música

O município de Fafe vai atribuir à Associação Cultural de Educação pelas Artes, suporte da Academia de Música José Atalaya, um subsídio no valor de 16 mil contos destinado a cobrir o seu funcionamento desde Outubro de 1998 a Agosto de 1999.



Faro

Criado Tribunal da Relação

Num comunicado, a Câmara de Faro expressou «a sua mais viva satisfação pela deliberação do Governo de criar o Tribunal da Relação de Faro, correspondendo, assim, a uma antiga aspiração da cidade e do Algarve».

Trata-se de uma satisfação perfeitamente justificada face ao empenho que a autarquia, presidida pelo socialista Luís Coelho, colocou no assunto, pondo à disposição do Ministério da Justiça o Edifício Belmarço, onde será instalado, no próximo ano, o Tribunal da Relação.

Felgueiras

Escola de Várzea vai ser ampliada

A Câmara Municipal de Felgueiras vai levar a cabo obras de ampliação na Escola Primária de Várzea, com o objectivo de criar mais duas salas de aulas.



Com vista à adjudicação desta empreitada, está decorrer o respectivo concurso

público limitado, cujo preço-base é de 18 mil contos.

Matosinhos

Debate sobre o poder local

Narciso Miranda defendeu, no decurso de um debate sobre o poder local organizado recentemente pela Câmara de Matosinhos e Escola Gonçalves Zarco, uma alteração da lei eleitoral que transforme as eleições autárquicas num escrutínio semelhante às legislativas.



O presidente da Câmara de Matosinhos propôs que nas eleições autárquicas fossem apresentadas apenas listas as assembleias municipais, cabendo à lista mais votada formar o executivo camarário. O esquema é semelhante ao das eleições legislativas, onde os portugueses votam para a constituição da Assembleia da República, cabendo ao partido mais votado constituir governo.

Narciso Miranda falava sobre o poder autárquico num debate integrado nas comemorações do 25 de Abril e organizado pela Câmara de Matosinhos e Escola Gonçalves Zarco.

O autarca classificou o poder local como «a maior conquista do 25 de Abril, depois da liberdade».

«O poder local foi um instrumento decisivo para recuperar o atraso estrutural acumulado em Portugal por décadas de ditadura», salientou Narciso Miranda, que criticou o facto de as autarquias gerirem «apenas dez por cento das despesas públicas, a fatia mais baixa da União Europeia». Paralelamente, «o poder local é o mais fiscalizado da Europa, verificando-se um atropelo das instituições para ver qual fiscaliza a autarquia e o autarca».

No debate participaram ainda Alberto Martins, Strech Ribeiro e Joaquim Azevedo.

Falando sobre os direitos, liberdades e garantias em Portugal, Alberto Martins considerou a Constituição Portuguesa «das mais modernas do mundo no que toca aos direitos», mas salientou o facto de ela não ser acompanhada pelas necessárias garantias. «Isso não tira valor à Constituição; também a Declaração Universal dos Direitos do Homem era, há 50 anos, meramente proclamatória e hoje é um dos textos referenciais mais importantes da modernidade e mais lido do que a Bíblia», referiu.

Strech Ribeiro, a quem coube falar da situação feminina antes e depois da Revo-

lução, recordou que até Abril de 1974 «a mulher não tinha todos os direitos eleitorais, não podia ascender em carreiras como a diplomacia e a magistratura e nem sequer podia gerir os seus próprios bens pessoais».

O deputado não se mostrou adepto, porém, do que classificou como «discriminação positiva das mulheres», nomeadamente no que toca às quotas nos órgãos públicos e políticos.

Joaquim Azevedo salientou o quanto Portugal evoluiu nos últimos 25 anos em termos de educação, «apesar do que ainda falta conquistar para atingir a média europeia».

Porto

Campeonato da Europa de Bilhar

No passado dia 30 de Abril o presidente da Câmara Municipal do Porto, Fernando Gomes, ofereceu uma recepção nos Paços do Concelho, aos participantes no 56º Campeonato Europeu de Bilhar.

Neste campeonato participaram delegações de 17 países do Velho Continente.



Socorro

Executivo contra irresponsabilidade da JSD

Os jovens laranjas da JSD, mais concretamente os da Secção E de Lisboa, quiseram mostrar serviço através de um comunicado, «exemplo acabado do desespero e irresponsabilidade política», mas o tiro saiu-lhes pela culatra.

Assim os eleitos do PSD na Assembleia de Freguesia do Socorro, Lisboa, votaram a moção de repúdio, aprovada por unanimidade, pelo comunicado e «atitude irresponsável da JSD».

Os membros da coligação PSD/PP na Assembleia de Freguesia fizeram declarações, registadas em acta, de apoio ao presidente do Executivo da Junta de Freguesia do Socorro, José Manuel Gama.

Os durões da JSD

Enquanto os jovens laranja brincam à política, tentando-se mostrar «durões», o Executivo de Esquerda da Junta de Freguesia do Socorro prossegue o seu notável trabalho em prol da população da Freguesia, e em particular dos estratos mais desfavorecidos.

PS EM MOVIMENTO

ALGARVE

Apolinário contra alarmismo

O presidente da Federação do Algarve do PS, camarada José Apolinário, recordou no dia 6, num comunicado, que a Brisa se comprometeu a concluir a auto-estrada para o Algarve até ao fim de 2001.

Falar de 2004 ou 2006 como datas do fim da obra «é falar por falar, desconhecendo a real situação deste processo», refere o camarada Apolinário.

Sublinhando que a conclusão da via é uma prioridade do Algarve e do Partido Socialista, José Apolinário rejeita a existência de qualquer atraso no processo, e atribui tais informações ao «alarmismo, obviamente inserido nas campanhas eleitorais que se aviznam».

Em comunicado, o líder do PS/Algarve recorda que o lançamento da obra, em 1995, foi feito «sem projectos, estudos técnicos ou qualquer trabalho de preparação de lançamento da obra».

Apolinário lembra ainda que na vigência do actual Governo foram concluídos 70 quilómetros de via, «mais do que durante todo o período de dez anos de Governo PSD».

Apolinário reconhece o atraso nos trabalhos relativamente à data inicialmente prevista, mas lembra que isso se justifica por razões de carácter ambiental, já que a travessia da serra do Caldeirão por qualquer dos corredores inicialmente previstos provocaria «uma guerra ao Algarve por motivações ambientais, guerra de repercussões internacionais que lesaria gravemente a região».

Segundo o presidente da federação distrital algarvia do PS, foi na base da opção pelo sotavento para a travessia do Caldeirão que, em 1996, responsáveis governamentais apontaram o ano de 1999 como data de finalização da obra.

Sem despudor

O líder do PS/Algarve critica as declarações do presidente da Associação dos Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve (AHETA), Elidérico Viegas, à Agência Lusa, segundo as quais «já se fala com o maior despudor em 2006 como o ano mais provável» para a conclusão da via.

«É sem despudor que o PS afirma publicamente ter a Brisa assumido em contrato a conclusão da auto-estrada até final de 2001, nesse calendário se inserindo o concurso anunciado, na semana passada, entre Grândola e Aljustrel», reforça o líder dos socialistas algarvios.

A posição de José Apolinário surge na sequência das declarações à Lusa de um técnico da Comissão de Coordenação da Região Algarve, que solicitou anonimato, segundo o qual a auto-estrada do Sul dificilmente estaria concluída a tempo do Europeu de Futebol de 2004, que terá o Algarve como um dos palcos, caso Portugal seja o país organizador.

ALMADA

Encontro de Autarcas Socialistas

A Comissão Política Concelhia de Almada do PS vai realizar no dia 22 de Maio, na Pousada da Juventude, o Encontro de Autarcas Socialistas do Concelho de Almada.

O Encontro inicia-se às 9 e 30, com uma intervenção de abertura pelo camarada Vítor Vale, presidente da Comissão Política Concelhia de Almada, seguindo-se, pelas 10 horas, o 1º painel que constará da apresentação de comunicações sobre «A Península de Setúbal e o III QCA», havendo uma intervenção, seguida de debate, do camarada Joel Hasse Ferreira.

Depois do almoço, os trabalhos iniciam-se às 15 horas, com o 2º painel, que constará de comunicações sobre «Ambiente», havendo uma intervenção, seguida de debate, do professor Santos Oliveira.

Pelas 16 e 30, terá lugar a apresentação de comunicações sobre «Transportes e Acessibilidades», em especial, MST e Eixo Ferroviário Norte-Sul, havendo uma intervenção, seguida de debate, de Ana Paula Vitorino, chefe de gabinete do secretário de Estado dos Transportes.

Às 17 e 30, terá lugar a apresentação das conclusões.

O encerramento do Encontro de Autarcas Socialistas do Concelho de Almada, às 18 horas, será feito pelo presidente da Federação de Setúbal do PS, camarada Alberto Antunes, e pelo coordenador da Comissão Permanente do PS, camarada António José Seguro.

BRAGA

Comunicado da Federação

Numa nota à Imprensa, o Secretariado da Federação de Braga do PS expressou o seu «regozijo pelas comemorações do 26º aniversário do PS realizado no Parque de Exposições de Braga, que contou com a presença do secretário-geral, camarada António Guterres, e outros dirigentes nacionais».

Adesão extraordinária

Segundo o PS/Braga, «estas celebrações, que tiveram a adesão extraordinária de mil-

tantes e simpatizantes do PS, constituíram uma prova do entusiasmo e da capacidade de mobilização do PS, numa jornada que foi preparada para celebrar o 26º aniversário do Partido e os 25 anos do 25 de Abril».

CASTELO BRANCO

Jantar comemorativo

O camarada Jorge Coelho, secretário nacional do PS, esteve presente no dia 1 de Maio, no jantar comemorativo dos 25 anos do 25 de Abril, promovido pela Federação Distrital do PS/Castelo Branco, que decorreu na Discoteca República, em Castelo Branco.

FELGUEIRAS

I Convenção Autárquica

O PS/Felgueiras vai realizar amanhã, dia 15, no auditório da Biblioteca Municipal, a sua I Convenção Autárquica.

Depois de quase 25 anos de poder local democrático, o PS/Felgueiras sustenta que «o regime democrático está consolidado e que o poder local é uma das mais sólidas realizações, mas que justifica uma jornada de reflexão com todos aqueles para quem este nível de intervenção política diz muito».

Vários responsáveis nacionais e locais do PS estarão presentes nesta importante iniciativa, entre os quais Fátima Felgueira, Francisco Assis, Narciso Miranda, José Barros Moura, Carlos Lage, Júlio Faria, Manuel dos Santos, José Junqueiro e Renato Sampaio. Os trabalhos decorrerão a partir das 9 e 30, estando previsto o seu encerramento para depois das 17 e 15, altura em que serão lidas as conclusões e terão lugar as intervenções finais.

GUARDA

Seguro visita empresa

O camarada António José Seguro, deputado eleito pelo círculo eleitoral da Guarda e candidato ao parlamento Europeu, visitou no passado dia 30 de Abril uma empresa têxtil localizada na freguesia de Trinta, no concelho da Guarda.

ÍLHAVO

Comunicado da Concelhia

O Secretariado da Comissão Política Concelhia de Ílhavo do PS, num comunicado, congratulou-se com a abertura da nova Extensão de Saúde da Gafanha da Nazaré.

O PS/Ílhavo sublinha que «esta obra vai permitir que passem a existir melhores condições de saúde da população desta freguesia e vai permitir aos profissionais deste sector uma melhor e mais eficaz prestação de serviços».

Os socialistas de Ílhavo lamentam, por outro lado, «que a única obra de interesse público posta à disposição da população do concelho de Ílhavo, durante este mandato autárquico, seja da iniciativa do Governo Central».

MADEIRA

Eleições europeias

A camarada Rita Pestana, candidata do PS/Madeira ao Parlamento Europeu, deslocou-se no dia 9 ao concelho de São Vicente.

Nesta visita, Rita Pestana manteve contactos com agricultores.



XXXXXX

Francisco Seixas da Costa*

AGENDA 2000 – A PROVA DOS FACTOS



Em entrevista concedida ao «Semanário Económico», o antigo Primeiro-Ministro, Prof. Cavaco Silva, pronunciou-se sobre os resultados da negociação da Agenda 2000 de uma forma que se afigura menos ajustada à realidade dos factos. É pena. Porém, e porque as coisas são o que são e não aquilo que delas se quer fazer crer, importa não deixar passar em claro o que foi dito.

A crítica

O anterior Primeiro-Ministro entendeu dever desvalorizar os resultados atingidos pelo Governo na negociação da Agenda 2000, assente, no essencial, em alguns juízos: que o peso das transferências de fundos no III QCA no PIB vai ser inferior ao do II QCA; que em 1987 e 1992 houve uma duplicação de fundos e que «agora há dúvidas se há algum crescimento em termos reais»; que o Governo português não influenciou as perspectivas financeiras antes destas serem publicadas; que o Governo português que estiver em funções em 2006 vai ter dificuldades em negociar os futuros fundos.

Francamente, estaríamos à espera de melhor crítica, até porque ela teria sempre de se sobrepor à avaliação generalizada, da imprensa aos mais importantes meios económicos e sociais, do êxito que constituiu esta negociação, atentos os circunstancialismos que a rodearam, nomeadamente o profundo ambiente restritivo que marca a construção europeia – e que o mínimo de bom senso aponta ser impossível de inverter pela acção isolada de um país como Portugal.

O que ressaltava das palavras do anterior Primeiro-Ministro é uma leitura que parece desconhecer que a Europa de hoje tem, atrás de si, uma alteração substancial de prioridades, que marcou decisivamente as futuras perspectivas financeiras e que, de forma crescente, se reflecte sobre o sentido de aprofundamento do actual tecido de políticas. Mas há outro sinal que deriva daquela análise: é a manutenção do reflexo «assistencialista», que parte do princípio que Portugal terá eternamente de ser um receptor de fundos, não obstante algumas das suas regiões saírem entretanto do grupo das menos desenvolvidas e do facto do país se aproximar progressivamente da média de prosperidade comunitária.

A resposta

Quanto aos pontos concretos suscitados, a resposta é simples: é pura futurologia dizer-se que o peso das transferências de fundos no próximo QCA vai ser inferior ou superior ao do anterior QCA. Tudo depende de factores imponderáveis, como seja o crescimento do próprio PIB, 3,3 por cento do PIB? Se fosse verdade, seria, ainda assim, superior ao do I QCA. E porque no II QCA se fica longe de atingir os 4 por cento referidos pelo Prof. Cavaco Silva, esse resultado, a confirmar-se, nem sequer seria desfavorável.

Quantos à «duplicação dos fundos» valerá a pena, de uma vez por todas, acabar com o mito: Portugal não teve uma duplicação de fundos entre o I QCA e o II QCA, contrariamente ao que então foi anunciado. Outros países da Coesão tiveram, de facto, essa duplicação, no momento em que se vivia um período de expansão dos compromissos estruturais. Portugal teve um aumento importante de fundos, mas inferior aos outros. Já agora, convém que se saiba que Portugal, entre o I e o II QCA, baixou a sua percentagem de benefício das verbas estruturais de 13,8 por cento para 10,6 por cento. Nesta negociação conseguiu-se subir ligeiramente, para 10,7 por cento. Foi pouco? Nas condições actuais foi claramente um êxito, que só não

vê quem não quer. Quanto ao crescimento em termos reais, basta fazer as contas: é superior a 2 por cento.

Relativamente à influência das propostas financeiras antes das mesmas serem publicadas, trata-se de um argumento curioso. Obviamente que Portugal deixou em Bruxelas, em tempo útil e onde adequado, todas as suas pretensões. Mas será que alguém, com o mínimo de lógica, pode considerar que as posições portuguesas, por mais legítimas e articuladas que fossem, seriam capazes de se impor, de forma decisiva na relação de forças que determinou o novo quadro financeiro, muito abaixo daquilo que foi proposto pela Comissão? Pois se nem essa mesma proposta acabou por vingar em sede de Conselho, tendo-se registado uma forte redução induzida pela maioria dos Estados-membros, tem algum sentido falar-se numa alegada falta de influência do nosso país a montante do valor à volta do qual se processou a negociação efectiva? Finalmente, quanto à dificuldade do Governo que estiver em exercício em 2006 de negociar os futuros fundos, bastará recordar o que o então Primeiro-Ministro Cavaco Silva, após a fixação do II QCA, terá dito em jantar do Clube Português do Benelux, em Bruxelas: não desejava estar na pele de quem tiver de negociar o III QCA, a vigorar após 2000. Nós estivemos nessa pele e, pelos vistos, conseguimos sobreviver...

A negociação

Para que conste, importará recordar que a negociação da Agenda 2000 foi um processo complexo e delicado, que envolveu um período de debate sem qualquer comparação na história comunitária recente. Marcado pelo imperativo do alargamento da União Europeia a Leste, este processo tinha como pressuposto de base a indisponibilidade óbvia dos contribuintes líquidos de aumentarem a sua participação para o financiamento da União. Muito pelo contrário, era patente o aparecimento de uma tendência para a «estabilização» de despesas que, na prática, representava o interesse em provocar uma retracção dos compromissos financeiros.

A Comissão Europeia, sujeita a uma filosofia restritiva em matéria de despesas, que em muito se afastava dos tempos áureos vividos no início dos anos 90, assumiu a lógica de contenção com que os países mais ricos da União haviam decidido marcar o próximo quadro financeiro. Ignorar isto é não perceber o que se passou.

O debate em torno do sistema de recursos próprios da União Europeia – isto é, sobre o seu modelo de financiamento – acabou por se cumular a esta tendência de retracção orçamental que, nos últimos meses de 1998, ameaçou mesmo os fundamentos básicos em que se apoiam todas as políticas de financiamento central da União.

Para Portugal, que desde o primeiro momento desenvolveu uma denúncia deste «embaratecimento» da União Europeia, o quadro assumia contornos de alguma delicadeza. A possibilidade da não consideração do critério da prosperidade nacional (essencial para ponderar a dimensão regional de um dos países mais pobres da União) e o risco da taxa de desemprego poder vir a ser erigida em critério substantivo na distribuição dos fundos (em detrimento de outras tipologias de emprego, como a «empregabilidade») obrigaram a um esforço negociado sem paralelo e sem aliados fixos aparentes. Convém ter presente que este tempo é substancialmente diferente dos vividos nos quadros financeiros anteriores, em que a homogeneidade do «bloco da Coesão» era evidente.

Perante este cenário que, como apoio maioritário, parecia pôr em causa o princípio da Coesão Eco-

nómica e Social, o nosso país desenvolveu uma estratégia assente em alguns vectores essenciais, a saber:

a) singularização do «caso português» – sublinhando as fragilidades particulares do nosso país em termos de desenvolvimento, nos diversos domínios, face à média comunitária, o que justificaria o prolongamento das ajudas estruturais.

b) Lisboa e Vale do Tejo – desenvolvendo um argumentário sobre o carácter vital desta região no contexto económico nacional, assegurando a necessidade do seu tratamento privilegiado face a regiões de prosperidade idêntica situadas em países mais ricos.

c) resistência à negociação sectorial – recusando o encerramento parcial de capítulos negociais ou um acordo sobre princípios estruturantes para o novo quadro financeiro, nomeadamente a fixação do tecto de recursos próprios, da linha directriz agrícola e de outros elementos centrais do novo quadro.

d) Fundo de Coesão – resistindo, com êxito, à tentativa de excluir da sua elegibilidade os países que passassem à terceira fase da UEM.

e) regulamentos financeiros – insistindo na necessidade de compatibilizar o rigor e a transparência na execução financeira dos fundos, com a operacionalidade garantida pela sua manutenção como objectivo de despesa, bem como pela fixação de um acordo em matéria de regras de procedimento que não pusessem em causa a efectiva disponibilidade futura dos fundos.

f) soluções globais – nos seus contactos com outros Estados-membros, Portugal apresentou sempre modelos de solução do «caso português» articulados à resolução das principais dificuldades desses mesmos parceiros, quer na área das políticas estruturais, quer no âmbito dos recursos próprios. O resultado

As conclusões de Berlim acabam por constituir o reconhecimento da situação particular de Portugal no quadro da União Europeia e permitiram que se prosseguisse o esforço de desenvolvimento económico e social até agora empreendido.

No domínio agrícola, registaram-se significativas concessões para Portugal, nomeadamente através do reconhecimento, em linguagem de Conselho Europeu, da especificidade da nossa agricultura, materializado no reforço do apoio concedido às medidas de desenvolvimento rural financiadas pelo FEOGA-Garantia, da duplicação para Portugal da superfície máxima garantida para o trigo duro (duplicando de 59.000 ha para 118.000 ha, num domínio que beneficia de uma ajuda suplementar ao rendimento de 344,5 euros/hectar) e da manutenção da quota de produção do tomate.

O acordo contempla ainda, como medidas importantes para Portugal, um adiamento da reforma do leite para 2005/2006 e uma menor redução dos preços de intervenção para as culturas arvenses (redução de 20 por cento para 15 por cento).

Em termos globais, e com este acordo, os apoios FEOGA-Garantia aos agricultores, excluindo os montantes a afectar ao desenvolvimento rural, aumentaram 45 milhões de contos por ano.

No âmbito das acções estruturais, a dotação atribuída a Portugal ascende a 22.820 milhões de euros a preços de 1999, i.e., um valor um pouco abaixo de 4.600 milhões de contos para o período 2000-06, o que, para além de garantir a manutenção do nível de apoio recebido no ano de 1999, corresponde a um aumento real superior a 2 por cento relativamente à média anual registada no período 1994-99.

Como atrás se referiu, verifica-se que para o período 2000-06 a quota de Portugal, em termos relativos, se situará em 10,7 por cento do total da rubrica 2 (contra 10,6 por cento no período

passado).

No que respeita ao Objectivo 1, será de salientar que a consideração da prosperidade nacional, tal como sempre foi defendido por Portugal, enquanto critério de repartição das dotações, aliada a um reforço do critério da prosperidade regional, se traduziu numa ligeira melhoria da posição do nosso país.

Ao resultado decorrente desta modulação há ainda que juntar um montante adicional de 450 milhões de euros, i.e., 90 milhões de contos, atribuídos a Portugal, o que permitiu assegurar a manutenção no período 2000-06 do nível médio de ajuda per capita de 1999 para as regiões menos prósperas elegíveis para o Objectivo 1.

Relativamente à Região de Lisboa e Vale do Tejo, as conclusões do Conselho Europeu reconhecem a sua situação específica, atribuindo-lhe uma dotação adicional de 500 milhões de euros (100 milhões de contos), que acresce ao montante de 2.405 milhões de euros (482 milhões de contos) concedido a título de apoio transitório. A solução transitória que ficou consagrada tem uma duração de 6 anos (até 2005), existindo flexibilidade para a definição da programação financeira anual ao longo do período.

Quanto ao Fundo de Coesão, tal como Portugal sempre defendeu, foi reconhecida a importância deste instrumento para a promoção da Coesão Económica e Social e foi reafirmada a elegibilidade dos Estados-membros cujo PNB per capita é inferior a 90 por cento da média comunitária, independentemente da sua participação na moeda única.

Portugal continuará a dispor de apoios através do Fundo de Coesão, num montante superior a 3.000 milhões de euros (mais de 600 milhões de contos), ou seja, de um apoio anual sensivelmente da mesma ordem de grandeza do actual período.

Embora não tenha sido possível manter autonomamente a Iniciativa Comunitária «REGIS» (houve uma redução das Iniciativas de treze para três), as Regiões Ultraperiféricas são objecto de uma menção explícita no âmbito das Iniciativas Comunitárias, podendo a reafecção interna do III QCA vir a compensar o fim do REGIS.

São ainda de destacar a manutenção dos limites máximos de comparticipação dos Fundos Estruturais e do Fundo de Coesão (i.e., nos Fundos Estruturais mantêm-se a regra geral de 75 por cento do total elegível, podendo atingir 80 por cento em casos justificados nos Estados da Coesão e 85 por cento nas Regiões Ultraperiféricas. No Fundo de Coesão mantêm-se o intervalo 80-85 por cento).

De referir, finalmente, que o FEDER e o Fundo Social mantêm as suas elegibilidades actuais, designadamente, continuam a contemplar, entre outros, os sectores da educação, da investigação e desenvolvimento e da saúde, que constituem áreas de intervenção de interesse fundamental para Portugal.

A concluir

São estes alguns dos elementos que permitirão aos leitores do «Semanário Económico» avaliar a justeza dos comentários feitos pelo Prof. Cavaco Silva sobre os resultados para Portugal da negociação da Agenda 2000.

Os juízos de comentário político por anteriores protagonistas têm uma legitimidade proporcional ao seu realismo e rigor de avaliação. Tudo o que assim não for só pode ser lido num registo de desforço tardio. E de alguma deslealdade política, reconheça-se.

* Secretário de Estado dos Assuntos Europeus e coordenador da negociação portuguesa da Agenda 2000

25 DE ABRIL

Luís Parreirão



25 ANOS DE DEMOCRACIA

Este ano as comemorações da liberdade e da democracia têm uma outra projecção – comemoram-se os 25 anos do 25 de Abril. Importa pois, antes do mais, homenagear aqueles que há 25 anos criaram condições para que pudéssemos hoje dizer o que pensamos e afirmar aquilo em que acreditamos. Por isso é devida nesta data uma homenagem aos militares de Abril que há 25 anos deram a democracia a Portugal e a liberdade aos portugueses.

Homenagem esta que é extensiva àqueles que durante 50 anos combateram o anterior regime, combateram a ditadura. Mas, também, uma homenagem a todos quantos, depois do 25 de Abril, dedicaram a sua inteligência e o seu trabalho à consolidação da democracia e ao desenvolvimento de Portugal. A muitos homens e mulheres anónimos que nas autarquias, nos partidos políticos, nas associações, foram e são cidadãos empenhados, foram e são os obreiros do moderno Portugal Democrático.

É pois da memória de todos quantos antes do 25 de Abril combateram a ditadura e daqueles que, depois do 25 de Abril participaram na construção do regime democrático, que se faz a história viva destes 25 anos.

25 anos que valeram a pena

Importa, também, que decorridos estes 25 anos sob o 25 de Abril se faça um balanço. É certo que não temos guerras, não temos o drama de ver as famílias emigrarem para o estrangeiro em busca do seu sustento. Temos, hoje, um país mais justo e equilibrado em que a satisfação das necessidades básicas – abastecimento de água, electricidade, escolas e estradas – é assegurada se não a todos pelo menos à esmagadora maioria dos portugueses. Podem parecer coisas simples, mas os mais velhos saberão o que isto representa em termos de capacidade de realização. Bastaram 25 anos para recuperar décadas de atraso, para tornar num direito de todos a satisfação de necessidades que há 30 ou 40 anos nem sequer existiam.

A par destes progressos, deram-se significativos passos na democratização dos sistemas de Segurança Social, da Educação, do Poder Local, enfim, dos poderes de cada um de nós enquanto cidadãos. Percorremos todos, durante estes 25 anos, um caminho de permanente afirmação de cidadania.

Portugal conquistou, assim, o seu lugar entre os países europeus democráticos, modernos e desenvolvidos. Apenas 10 anos após o 25 de Abril aderimos à Europa e somos, hoje, membros de pleno direito, integrando o grupo dos países que primeiro aderiram ao euro.

Foram 25 anos de afirmação de cidadania e liberdade mas também de afirmação de modernidade e de desenvolvimento.

Por todo o país se afirma um Portugal de desenvolvimento e progresso, ao mesmo tempo que o regime democrático se consolida.



É também verdade que ao fim de 25 anos os mais jovens interiorizaram plenamente o que é viver em democracia, não concebendo outro regime que não seja este. E é esta a principal virtualidade da democracia: afirma-se por si própria sem necessidade de se afirmar por contraposição a nada.

Quando isto é possível, quando os jovens sentem que toda a sociedade é assim e assim será, mais se afirmará a democracia e os seus valores de liberdade e progresso social, mais a democracia surge e se afirma como único regime possível. A experiência de eleições livres, que começam logo nos bancos da escola com a escolha do delegado de turma, até às escolhas nacionais quando se atingem os 18 anos, é sinal inequívoco que a democracia é hoje um regime sentido por todos como património seu o que nos dá a garantia de, continuando neste percurso, continuarmos no caminho da liberdade e da democracia.

Este assumir do regime é a melhor garantia da sua consolidação.

O PS na construção do regime democrático

Neste regime democrático e livre, hoje consolidado, o PS teve e tem um papel central. Teve um papel central na consolidação do Estado de Direito Democrático, tal como hoje o conhecemos em Portugal. Teve-o desde logo na oposição ao regime ditatorial anterior a Abril de 74. Primeiro através daqueles que viriam a integrar o PS, depois, e na fase final, como partido organizado.

Teve depois um papel central em 1974/75 ao colocar a democracia portuguesa no caminho das democracias ocidentais, que o mesmo é dizer das democracias representativas e dos Estados de Direito Democrático.

Seguiu-se uma intervenção decisiva quando assumiu funções de governo, quer na década de 70 quer na década de 80, sempre em condições particularmente difíceis.

Teve depois, importa dizê-lo, sobretudo através de Mário Soares, um papel decisivo e central na opção pela Europa em meados da década de 80.

E também com Mário Soares na Presidência da República, quando uma maioria absoluta parecia querer significar um poder absoluto, foi o PS que teve a coragem de dizer que a democracia é um regime em que todos temos lugar.

Hoje, de novo no Governo, o PS assume a tarefa decisiva e fundamental para o Portugal dos nossos dias que é a de dar solidariedade ao desenvolvimento do país.

É, também, pela mão do PS, com António Guterres como Primeiro-Ministro, com Jorge Sampaio como Presidente da República e com Mário Soares como candidato ao Parlamento Europeu, que Portugal, mais uma vez, se afirma nos valores da democracia como país da Europa, mas, também, como país merecedor da solidariedade da Europa na ajuda ao seu desenvolvimento.

E por isso mesmo, estão criadas as condições para que o PS dê, mais uma vez, um contributo decisivo ao desenvolvimento e progresso de Portugal. O desenvolvimento com solidariedade é a nossa aposta a aposta de cada um de nós Socialistas e, sobretudo, a aposta de dois Socialistas – António Guterres e Mário Soares – e por isso vamos empenhar-nos todos nos próximos actos eleitorais. Quer no dia 13 de Junho para o Parlamento Europeu quer em Setembro para as eleições legislativas.

O PS ponto de convergência da esquerda democrática

Mas, o 25 de Abril é para nós um combate pelo futuro.

Não faz sentido falar hoje do 25 de Abril se não perspectivarmos o que queremos para o futuro da nossa sociedade e do PS como partido mais actuante e moderno dessa sociedade.

E é por isto que temos de ter a coragem de dizer que o PS tem hoje uma necessidade imperiosa de afirmação. Uma necessidade de afirmação da sua diversidade e singularidade como maior partido português. Ao fim de 25 anos de democracia o PS tornou-se o ponto de encontro de toda a esquerda democrática. Tornou-se o ponto de encontro de todos aqueles que há 25 anos, e muitos há mais de 25 anos, estiveram com o PS, sem o PS e algumas vezes contra o PS, mas que ao fim deste tempo entenderam que o PS é a casa onde habita a esquerda democrática. É conscientes desta nova realidade, deste novo PS, que todos nós, principalmente os que estamos no PS há mais tempo, temos de ter a capacidade de, por um lado, acolher os que chegam e, por outro lado, os fazer sentir que estão em casa.

O nosso maior desafio é transformar as energias de todos aqueles que hoje chegam ao PS em mais solidariedade, em mais progresso, mobilizando-os para os combates do futuro. Só assim o PS se afirmará como partido de poder e não apenas como partido que passa pelo poder.

É este o caminho do PS. O caminho da sua afirmação como partido capaz de à sua volta aglutinar uma enorme maioria de vontades, que em cada momento, pode dar ao PS uma grande vitória eleitoral. São estas vontades que nós, que somos militantes partidários, que temos essa consciência de pertencer a um partido político, convertemos a cada momento num movimento permanente de apoio ao PS, de empenhamento nas causas que o PS defende e de envolvimento do PS nos seus combates políticos.

Mas as comemorações do 25 de Abril são, também, um combate pela cidadania. Fazendo com que cada indivíduo se sinta um cidadão. Um cidadão participante, informado, igual ao seu semelhante e se sinta, sobretudo, livre na sua consciência.

É com esta capacidade de fazer da nossa sociedade uma sociedade de cidadãos que temos de contar para a construção de uma sociedade mais solidária, de uma sociedade onde se cumpram os ideais do PS. Uma sociedade com educação para todos, uma sociedade com acesso generalizado aos serviços de saúde, uma sociedade com autarquias locais fortes, com instituições locais fortes. Uma sociedade em que o Estado esteja ao serviço do cidadão, uma sociedade em que a Segurança Social seja a efectivação dos direitos dos mais fracos. É para esta sociedade de cidadãos, indivíduos conscientes da sua liberdade, da sua vontade e do seu poder, para uma sociedade mais solidária que mereceu a pena ser feito há 25 anos o 25 de Abril.

E é para isso que merece a pena continuar hoje a comemorar o 25 de Abril. É para isso que merece a pena que todos e cada um de nós esteja permanentemente empenhado na construção de um país em que todos convivamos, celebrando a democracia e a liberdade na afirmação da solidariedade.

PS

Pinheiro Coelho

HOMENAGEM AO SILVA FERNANDES MILITANTE SOCIALISTA E O HOMEM QUE NOS DEU ABRIL



Na tarde cinzenta daquele dia 23 de Abril de 1999, a campanha sibilante do telefone arranca-nos à agitação da vida jurídica num escritório de Lisboa.

Do outro lado da linha, a voz da Otilia de Alvalade, contorcida pela emoção, anuncia-nos a morte de Silva Fernandes.

A frase corta-nos a respiração e esmaga-nos biologicamente pela brutalidade incontornável do facto comunicado.

Siderados pelo absurdo de uma realidade impiedosa, apenas articulámos algumas palavras desconexas num lamento sofrido de tristeza pela morte do amigo e do homem de lúcidia inteligência que nos legou o espaço de um trabalho abnegado, não só pelo desempenho que, na madrugada de Abril, nos devolveu a liberdade, mas pelo muito que, desinteressadamente, deu ao PS nas sucessivas batalhas que travou, sobretudo, ao lutar pela dignidade de militante. Conhecemo-lo há anos quando juntos, numa lista, resolvemos concorrer à FAUL, ao lado do

Carolino, Ramalho, Quitério e outros tantos camaradas da Federação Área Urbana de Lisboa. Foi um combate que valeu pela camaradagem e amizade, no qual se galvanizou o sentido e a dimensão da integridade de carácter que, infelizmente, há muito se vê arredada do Partido Socialista.

Embora tivéssemos perdido para o Jorge Coelho, nem por isso desse grupo se viu o fel de uma acrimónia ou se ruminou um dichote menos digno de uma vitória que não foi a nossa. E uma vez corrido o pano sobre esta fase, de novo nos encontramos a trabalhar na revisão dos estatutos, cujo mérito de noites seguidas e debates em dias prolongados, culminou na aprovação pela Comissão Nacional de muitas das nossas propostas e nas quais o Silva Fernandes, denodadamente, se empenhou. Daí que lhe reste um crédito gratificante que o Partido Socialista no tempo da vida dele não soube cumprir e muito menos reconhecer. Motivo porque ao lembrá-lo não é sem uma nostalgia magoada entre o espaço temporal

que o tivemos como camarada e o momento de recordação que se esmaga na verticalidade daquele homem, a quem o PS fica a dever uma homenagem que tem de projectar-se em toda a referência estrutural, passando pelo gesto de Abril que nos cravos trouxe a liberdade, pelo titular genuíno de princípios honoríficos e na frontalidade de carácter que, peculiarmente, o identifica.

As suas convicções de lealdade tinham a virtude da pureza, traduzida na vontade do homem que emprestava à comunidade um sentido de vida dignificado pela rectidão de valores que balizavam o caminho percorrido.

Era, por essência, um carácter que viveu fora do seu tempo e no tempo dos outros não buscou a distinção do espaço dele.

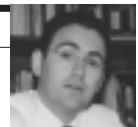
Mas se a vida tiver a razão que deu significado à sua existência, decerto que o PS quando proceder ao inventário dos seus ilustres militantes saberá, num preito de admiração, saldar ao amigo a gratidão da sua militância.

Porque todos nós sem o Silva Fernandes ficamos mutilados de uma vivência cujos valores personificava.

O mundo dele era um pouco do nosso sonho que se acabou, ficando o espaço vazio de uma vida por viver e a certeza de que neste partido sobre o qual se abate um manto diáfano de hipocrisia e do oportunismo institucionalizado, o Silva Fernandes soube nele assumir e cultivar os valores da dignidade e a distância dos interesses instalados à sombra do poder reconstituido.

ELEIÇÕES EUROPEIAS

Manuel Malícia



KOSOVO

Carlos Carranca



EFEITOS COLATERAIS

A guerra na Jugoslávia obriga-nos à reflexão sobre o peso, a importância da Europa maioritariamente socialista, nesta «santa aliança» com os EUA, legitimando massacres, chacinas, morticínios e ajudando a consolidar o domínio americano à escala planetária.

Como acaba de afirmar Eduardo Lourenço na abertura da III Bienal da Utopia de Cascais «A utopia europeia morreu, agora vive na América».

Seja qual for o resultado deste conflito, nada impedirá o recrudescimento do separatismo nos Balcãs, o natural fortalecimento do nacionalismo sérvio, a humilhação russa com a consequente necessidade de vingança e, sobretudo, uma clara derrota da democracia, em detrimento dos nacionalistas, tão contrários à paz e ao entendimento entre os povos.

Para mim, que fui educado politicamente a acreditar numa Europa dos direitos humanos, unida nos valores da liberdade e da solidariedade, é com profundo desencanto que observo a hipocrisia de quem nos governa. E quem nos governa são os EUA (uma cultura de violência capaz de liquidar os índios enviando-os, para reservas, que assassina Luther King, que utilizou napalm na guerra do Vietname, exportando a violência para todo o mundo, assim como o seu brutal individualismo, a sua arrogância capitalista e o seu poder militar). Um pequeno grande País como Portugal nada tem a ver com esta prática que, há mais de

um século abandonou, ao abolir a pena de morte, dando ao mundo o exemplo de tolerância que ainda hoje nos EUA não compreenderam, mantendo a pena de morte, a venda livre de armas, num culto de violência que lhes não dá o direito de se arvorarem em modelo de virtudes.

Mas a Europa gostou, a Europa aplaudiu; a Europa caninamente seguiu os EUA nunca cruzada contra os seus próprios interesses e valores, cruzada levada a cabo pela NATO. Assim, os EUA impedem a Europa de se transformar na potencial rival.

A população kosovar, a que a NATO diz defender, tem sido a sua grande vítima.

Danos colaterais têm manchado de sangue o «auxílio humanitário» e têm acelerado o holocausto.

Esta Europa mete dó. Não serve os mais fracos, não dá esperança ao futuro.

- Mas que diabo de Terceira Via é esta dos senhores Blair, Schroder, e companhia?

Os políticos do Novo Centro, os que renegam na prática os princípios históricos da luta por uma sociedade mais justa e mais fraterna (os que fazem campanha em poesia e governam em prosa) obrigam-me a olhar, com uma restrição de esperança, os cristãos que encham as ruas clamando pela paz, os que se indignam, rezam e crêem no homem.

É como socialista que acredito que todos os homens são iguais perante Deus.

WASH & GO PACHECO PEREIRA

Não deixa de ser curioso que o estado-maior da lista do PSD às europeias se tenha deslocado ao Porto, no passado fim-de-semana, para pedir a bênção ao Major Valentim Loureiro. Engane-se quem pensar que se trata de um simples gesto de cortesia. Não. Trata-se de um hábil gesto de campanha e a forma encontrada para resolver um problema interno de falta de mobilização nas bases. As palavras de Pacheco Pereira esclarecem tudo: a Distrital do PSD/Porto «vai ter um papel fundamental, mobilizada e empenhada como está». Pudera, Pacheco Pereira é um homem sem tropas. O Major sabe disso. E Pacheco também.

O encontro do Porto é o acenar da bandeira branca, símbolo da capitulação dos intelectuais perante os populismos eleitorais. Dito de outro modo, o Major cede-lhe as tropas que Pacheco não tem, e nem consegue mobilizar, mas, em contrapartida, José Pacheco Pereira compromete-se a não perder os próximos jogos do Boavista. Logo que eleito deputado europeu, assumirá também a responsabilidade de promover o futebol português nos arquipagos da Europa. Muitas outras surpresas nos reserva, ainda, este novo olheiro nacional. Porém, é preciso ter em conta que o encontro do Porto não é inocente. O Major que não gosta de perder, já condicionou a tática. Pacheco Pereira vergou-se e pediu vassalagem. Agora, ou Pacheco Pereira ganha o jogo a Soares, o líder da *Trova do Futebol*, ou diz do sociólogo Desmond Morris ou, da próxima vez que implorar por soldados,

Valentim Loureiro presenteará o cabeça-de-lista do PSD com um outro livro do mesmo autor e muito mais elucidativo: *O Macaco Nu*. Não se sabe se Pacheco Pereira conseguirá dizer: obrigado. O populismo tem destas coisas...

O cabeça-de-lista do PSD às eleições europeias que se cuide. A Distrital do Porto exige respeito pelos pergaminhos da sua cidade. Invicta, de nome. E nada do que um elitista, nortista (re)convertido e marxista desencantado para afirmar a força do Porto. Para o Major, invictos só os que lhe são fiéis nos *tinós*, os *big-shows* e no futebol.

Se Pacheco recebeu um livro como prenda, o Major, por seu lado, teria direito a uma canção. Teria sido conveniente que José Pacheco Pereira lhe tivesse dedicado «*All you need is love*». Lennon e McCartney não teriam feito melhor. Perdoa-me.

«Não somos homens de rancores. Ultrapassamos tudo», garantiu o líder do PSD/Porto. O intelectual ouviu, engoliu em seco mas rendeu-se ao povo. Afinal, precisa de votos. E como não tem *outdoors* limita-se às brochuras panfletárias de Graça Moura, ao manual escolar de Arlindo Cunha e aos *spots* televisivos que ele próprio deve assinar como quem promove um shampoo ideológico.

Quando a campanha acabar, ele irá a correr ao hipermercado mais próximo da Marmeleira, andarà incógnito pelo meio da multidão de domingo à tarde e triunfante colherá o produto que melhor promove: Wash & Go. Sem *outdoors*. E rumará em direcção à Europa...

In «O Primeiro de Janeiro»



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Música em Albufeira

A Casa do Povo de Paderne será palco, amanhã, pelas 21 horas, para um espectáculo de música popular portuguesa a cargo do agrupamento Os Malteses.

O Grupo Cénico Quatro Ventos representa, também amanhã e no sábado, às 21 e 30, no Auditório Municipal, a peça «A Cantora Careca».

Um recital de guitarra, com Dagoberto Linhares, no âmbito do XXIII Festival de Música do Algarve realiza-se, na próxima segunda-feira, dia 17, às 21 e 30, na Igreja Matriz.

Dança em Coimbra

A exposição colectiva de pintura e escultura designada «O Nu e a Arte» será inaugurada amanhã, permanecendo patente ao público, na Sala da Cidade, até ao dia 27 de Junho.

O Ballet Gulbenkian apresenta-se, este fim-de-semana, no Teatro Académico de Gil Vicente para recriar as coreografias «Cartografia dos Lugares Comuns», «Queens/Black», «Until... With/Out Enough».

Na próxima terça-feira, dia 18, pelas 22 horas, a Casa Municipal da Cultura albergará um recital de poesia de Maria do Céu Guerra.

«Pessoalmente» é o nome da iniciativa inserida na rubrica cultural «As terças, poesia na voz» que evocará com versos os poetas Fernando Pessoa, João Pedro Grabato Dias, Alexandre O'Neill e David Mourão-Ferreira.

Caricaturas em Espinho

O Encontro Nacional de Caricaturistas realiza-se nos dias 15 e 16, inserindo-se na iniciativa «Humor de Rua», que visa promover a caricatura enquanto forma de expressão criadora e criar na cidade espaços públicos de animação onde arte e humor se aliam de forma muito particular.

Os artistas que já confirmaram a sua participação são Adão e Silva, Carlos Laranjeira, Eduardo Esteves, Ferreira dos Santos, José Carvalho, Luís Félix, Paulo Santos, Paulo Teixeira, Pedro Teixeira, Quim Paixão, Ricardo Galvão, Varela, Zé Oliveira e o galego Gogue.

O encontro compreende ainda uma exposição de um conjunto de trabalhos de Gogue e Zé Oliveira, sob o tema «Encontro de Floriano, o galego, e Broncas, o português» que estará patente no átrio do Cine-Teatro São Pedro até dia 31.

Paralelamente funcionará ainda uma pequena feira do livro humorístico.

Atletismo em Fafe

«Turismo em Fafe: Que Futuro?» é o tema do seminário que a autarquia realiza hoje, na Casa Municipal da Cultura, juntando diferentes especialistas do sector.

A sessão de abertura está marcada para as 9 e 45, seguindo-se o primeiro painel sob o título «Que Desenvolvimento para o Futuro do Concelho».

A Câmara Municipal promove o I Grande Prémio de Atletismo – Cidade de Fafe'99, no sábado, dia 16, a partir das 9 e 45, um evento integrado nas Feiras Francas.

A prova é aberta a atletas populares e federados, dos infantis aos veteranos II, estando prevista a presença de nomes sonantes do atletismo nacional.

A partida e a chegada são na Praça 25 de Abril.

Éguas na Golegá

A edição deste ano da Expoégua - exposição, concurso e venda de éguas -, vai realizar-se no próximo fim-de-semana.

A Expoégua'99, organizada pela Feira Nacional do Cavalo e pela Câmara Municipal, conta, para além dos concursos das várias raças, com um desfile de amazonas, cavaleiros e atrelagens, incluindo carruagens tradicionais.

Durante o certame será inaugurado o Centro de Equitação Nicolau Pernes e o Pica-deiro Municipal Mestre Nuno d'Oliveira.

Marionetas em Guimarães

Se é apreciador de bandas musicais, não deixe de participar do festival que hoje e amanhã trazem ao palco do Ultimatum Café Jazz Café, os Sound Advice (Balbúrdia) e os Neptune Falls (Melodrama), respectivamente.

Os admiradores do polémico cineasta Woody Allen podem começar a correr para as bilheteiras do Auditório da Universidade do Minho, pois hoje e apenas hoje, às 21 e 30, será exibida a sua mais recente fita «Celebriedades».

Cinco dias depois, no mesmo local e horário, assista a «8 mm», um policial/thriller psicológico com assinatura de Joel Schumacher.

Ainda na terça-feira, dia 18, às 10 e 30 e/ou pelas 14 e 30, os mais pequeninos delirarão com o teatro de marionetas «A palhaçada» a representar pela Fantasiarte – Produções Fictícias, no Ginásio do Lar de Santa Estefânia.

Cinema em Lisboa

Hoje e amanhã, bem como nos dias 20, 21, 22 e 28, sempre às 21 e 30, na Delegação Regional de Lisboa do IPJ, os Kula – Grupo de Teatro do ISEG – representarão a peça «Methamorphosis».

Amanhã estreiam nas salas de cinema lisboetas os filmes «Henry Fool», de Hal Hartley; «Um Mal nunca Vem Só», de Guy Ritchie; «Simon Birch», de Mark Steven Johnson; e «Flirt», de Hal Hartley.

Um conjunto de 58 obras da pintora Paula Rego – a sua mais recente produção – será exposto, pela primeira vez em Portugal, na Fundação Calouste Gulbenkian, a partir do dia 18.

Jazz em Portimão

As noites da cidade serão mais animadas a partir de hoje e até domingo, dia 16, com o Festival de Jazz de Portimão, que conta este ano com a presença do Trio de Bernardo Sasseti.

«Maio Lindo Maio» é o título genérico do festival, que decorre no espaço da antiga lota da zona ribeirinha da cidade, e conta com a participação do Trio de Laurent Filipe, numa homenagem a Chet Baker.

O Trio de Carlos Barreto, acompanhado por André Sousa Machado (bateria) e Mário Delgado, actua sábado, enquanto a noite de dia 16 está guardada para Manoel Guerreiro e Quinteto, constituído por Diego (piano), Beto Silva (bateria e percussão), Bony (baixo), Paulão (bateria e percussão) e Manoel Guerreiro (saxofones e flautas).

A completar o ciclo de espectáculos do Festival de Jazz de Portimão, domingo, actua o Quarteto Unit/Zé Eduardo (contrabaixo e violoncelo), composto por António Mesa (sax tenor e soprano), Malt Lester (sax alto e clarinete) e Bruno Pedrosa (bateria).

Paralelamente, a zona ribeirinha - jardins e Lago do Barco - vai ser animada com espectáculos de rua, a cargo do grupo Buba Brass, um quinteto de metais.

Fotos no Porto

A Escola Secundária Garcia de Orta albergará, até ao sábado, dia 15, a mostra fotográfica «Imagens/Miragens», da autoria de Ricardo Fonseca, que inclui 60 fotos de Macau moderno.

Sarau em Vila Real de Santo António

O Centro Cultural António Aleixo foi o local escolhido para que, a partir do sábado, dia 15, às 21 e 30, decorra o I Sarau Nacional de Poesia da Cidade.

Pintura em Valença

Os trabalhos do pintor Xavier Lermos Godoy poderão ser apreciados a partir do dia 17 e até ao dia 30, na Sala de Exposições.

Estreia Nacional
TEATRO

O Marquês de Pombal

Companhia de Teatro de Norberto Barroca

14 de Maio, 21h30
Antiga Fábrica Escola Irmãos Stephens
Marinha Grande

SUGESTÃO

SALT

Aquela que já foi designada como «a companhia de dança mais popular do mundo», a La La La Human Steps, e o seu não menos famoso coreógrafo, Édouard Lock, actuarão terça e quarta-feira, dias 18 e 19, pelas 21 e 30, no Grande Auditório do Centro Cultural de Belém, em Lisboa.

Na última década, as obras de Lock têm causado sensação após sensação. Coreografias como «Human Sex» (1985) e «New Demons» (1987) mudaram radicalmente a maneira de se viver e ver a dança, tendo influenciado toda uma geração de bailarinos e coreógrafos.

A fama da companhia canadiana espalhou-se vertiginosamente pelo mundo, sobretudo depois de Édouard Lock ter dirigido, no plano artístico, a digressão do conhecido cantor David Bowie de 1990 intitulada «Sound and Vision Tour» e de ter actuado no concerto «The Yellow Shark», composto por Frank Zappa para o Ensemble Modern, na Alemanha.

Em «Salt», a La La La Human Steps exercita a proeza extraordinária de levar ao limite o seu estilo energético e explosivo, semelhante às vibrações de um concerto de rock.

A precisão e o virtuosismo do bailado clássico, nas suas versões agressivas e sensuais também não faltam no «Salt», que nos dias 28 e 29 farão as delícias da assistência do Rivoli-Teatro Municipal, no Porto.

A não perder!

POEMA DA SEMANA

Alentejo

À memória de Michel Giacometti

As vozes erguem-se da terra.
Como braços suplicantes,
procuram o possível infinito
da sua condição
de almas condenadas.
Em nome da terra é que elas cantam.
Sagradas pela vida,
buscam a eternidade.
Unidas p'lo momento
alcançam a comunhão
das vozes em harmonia.
E onde tudo é arte,
é o pão que se reparte
e a poesia.

Carlos Carranca
In «O espírito da raiz»



ASSIM SE FAZ UM INTELLECTUAL EM PORTUGAL !!!

«A» o bar Pedro V, nunca se chega hoje, chega-se sempre amanhã» – Susana Martins, conhecida investigadora da noite lisboeta.

«Não está cientificamente provado que as altas e loiras sejam seguras e as baixas e morenas o não sejam» – Fritz Vaillant, reputado sexólogo do início do séc. XX.

«O importante não é que o Povo esteja com os Políticos, mas sim que os políticos estejam com o Povo» – Zacarias Neves, dirigente da secção Oriental de Lisboa do PSD.

«Viver na Europa é viver no resultado de múltiplas culturas e idiossincrasias» – José Valverde, candidato frustrado do P.P. ao Parlamento Europeu.

«A distância da Terra à Lua é potencialmente igual à distância da Lua à Terra» – William Wells, astrónomo inglês do séc. passado.

«Todos os números elevados ao infinito são iguais» – Franz Kleber, matemático

reputado do império austro-hungaro.

«Sublinhar o esforço que a Comissão e o Presidente fizeram para terminar os trabalhos» – deputado do PCP à beira da reforma, sempre que se dirige a um presidente de Comissão do PSD.

«O algodão não mente, quem mente é o linho e a seda» – José Trocado, industrial têxtil inscrito na Associação Industrial do Minho.

«Quem fala de seda esquece-se normalmente do bicho» – Mimi Gerald, criadora de moda, galardoada em Penalva do Castelo Fashion.

«Independentes somos todos, mesmo quando dependemos de múltiplos interesses e circunstâncias» – Arcipreste Anselmo Vivalma, professor de Religião e Moral de um colégio do interior do país.

«Sentados num banco de pão pedra, os anciães cegos lêem o jornal diário do mês» – Kim Wonder, artista plástico avant la lettre que participou fugazmente no Maio de 68.

«Os cúmulos, os estratos e os nimbos, misturados na dose certa anunciam tempestade, quando se não verifica bom tempo» – Andromeda Peres, astrónoma amadora, frequentadora nas noites de Agosto da Serra de Sintra.

«O fim de todas as coisas é o final, embora haja certas coisas que existem antes de nascer» – Jesualdo da Purificação, estudante de filosofia e operário tipógrafo na Baixa da Banheira.

«A minha Europa não é a vossa Europa» – Pacheco Pereira, cabeça de lista do PSD ao Parlamento Europeu.

«Anda Pacheco» – Herminia Silva, des-tacada fadista lisboeta.

Nota Final: Todas as frases citadas, com excepção das duas últimas, provavelmente, nunca foram proferidas. Os autores, ou nunca existiram, ou já não existem ou, num dos casos (Pacheco Pereira), tem apenas uma existência virtual.

Assim se faz um intelectual em Portugal!

«O livro de Gabriel García Márquez (O Amor nos Tempos de Cólera) – que é um livro para viver! – leva-nos a reflectir sobre o poder da memória e do tempo, do amor e da violência, para que possamos comprovar que nos tempos de cólera, uma epidemia terrível, o amor é também uma afeição difícil de suportar»

Fernando Seara
Diário de Notícias, 9 de Maio

«Agricultura pode continuar a ocupar oito a nove por cento da população»

Capoulas Santos

Visão, 6 de Maio

«Venho de uma geração para a qual o sonho e o desprendimento valiam por si e que não julgava as causas segundo uma contabilidade de carreira»

Helena Roseta
Visão, 6 de Maio

«O Congresso do PSD foi mais um espectáculo mediático do que um debate de ideias, causas e projectos»

Manuel Alegre
Expresso, 8 de Maio

«O diálogo, agora tão criticado, não é para ele (António Guterres) uma figura de estilo, é um elemento estruturante de uma cultura de tolerância forjada nos combates do PS contra várias tentações autoritárias. Essa é a diferença. Quem tem de fazer as suas provas é Durão Barroso. É ele o aprendiz»

Idem, ibidem

Ficha Técnica

Ação Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director
Fernando de Sousa
Redacção
J.C. Castelo Branco
Mary Rodrigues
Colaboração
Rui Perdigão
Secretariado
Sandra Anjos
Paginação electrónica
Francisco Sandoval
Edição electrónica
Joaquim Soares
José Raimundo

Redacção
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X
Impressão Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo
1495 Lisboa **Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz



Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista - Avenida das Descobertas 17 - Restelo - 1400 Lisboa

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista - Avenida das Descobertas 17 - Restelo - 1400 Lisboa

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.